

Regulamentação da APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUIBE

Volume 2:
Plano de Gestão
Unidades de Gestão / ZEE Preliminar

REGULAMENTAÇÃO DA APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE

Volume 2:

Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Gestão

**Convênio IBAMA/ SMA nº 033/95
São Paulo, 1996**

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Gustavo Krause Sobrinho

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Eduardo de Souza Martins

Superintendência do IBAMA - SP
Nilde Lago Pinheiro

Governo do Estado de São Paulo
Mário Covas Júnior

Secretaria do Meio Ambiente
Fábio Feldmann

Coordenadoria de Planejamento Ambiental
Eduardo Trani

PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - GTZ
Kreditanstalt für Wiederaufbau

SUMÁRIO

**Volume 2 : Zoneamento Ecológico Econômico e Plano de Gestão -
Proposta Preliminar de subsídio à Regulamentação da APA Cananéia - Iguape - Peruíbe**

Introdução

I - Conceitos e Diretrizes Gerais

1 - Planejamento e Desenvolvimento Sustentável

2 - Diretrizes Globais

3 - Diretrizes de Nível Nacional

4 - Diretrizes Regionais

***5 - Diretrizes Específicas para o Complexo Lagunar - Cananéia - Iguape -
Paranaguá***

II - Plano de Gestão - Propostas

1 - Aspectos Metodológicos

2 - Proposta: Plano de Gestão

3 - Proposta: Grupo Gestor

4 - Proposta: Ações Imediatas Priorizadas

5 - Conclusões

6 - Quadro: Plano de Ação

III - Unidades de Gestão

IV - Recomendações para o encaminhamento da proposta

V - Bibliografia

Introdução

Este documento contém a proposta preliminar para o Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Gestão da APA - Área de Proteção Ambiental - Cananéia-Iguape-Peruíbe.

Preliminar no sentido de constituir uma base para a discussão e a consequente elaboração de um instrumento regulador do uso e da ocupação da área, consideradas as características de uma Área de Proteção Ambiental e as especificidades descritas no Volume 1 deste Relatório.

Um zoneamento requer, para a efetividade dos objetivos que justificam sua proposta, levantamentos precisos, esclarecimento de metas e objetivos e, sobretudo, consenso mínimo sobre as restrições e indicações de uso presentes na área que constitui seu objeto. Neste sentido, o Plano de Gestão contempla diversas ações que deverão subsidiar a complementação deste instrumento.

Procurou-se reunir dados e informações capazes de apoiar a continuidade dos trabalhos, bem como de prover a região com uma base técnica, considerando que a sede da APA constituirá um centro de referência regional.

O documento apresenta também a carta que contém a definição preliminar das Unidades de Gestão, em escala 1: 250.000.

A continuidade dos trabalhos contará com a participação do Comitê Gestor, que deverá contar com o apoio do Conselho Técnico, e dos Comitês de Comunidades, além do Comitê de Bacia Hidrográfica, tendo em vista o estabelecimento de parâmetros comuns.

O fato de se tratar de uma APA federal estabelecida no contexto de uma região marcada pela presença de diversas outras Unidades de Conservação, demanda especial esforço de integração inter-governamental, além da busca da participação da comunidade.

Visando proteger os padrões culturais e da atividade sócio-econômica historicamente estabelecidos pelas comunidades caiçaras, a regulamentação da APA de Cananéia - Iguape - Perúibe oferece a oportunidade de se avançar no sentido da implementação de um efetivo desenvolvimento sustentável - característica do modo de vida dessa população - através de estudos que atendam a suas especificidades. As várias restrições de ordem legal impostas no decorrer desses últimos anos trouxeram consequências negativas para o conjunto da população, acabando por promover impactos indesejáveis na própria conservação dos recursos naturais desse reduto riquíssimo em termos de biodiversidade.

Outro aspecto que merece consideração cuidadosa é a discussão acerca do estabelecimento dos limites da APA, cuja redefinição demanda que os setores envolvidos atuem em conjunto para seu estabelecimento definitivo: o IBAMA, as entidades responsáveis pelas Unidades de Conservação envolvidas, os municípios e a comunidade. Trata-se, portanto, de uma proposta básica para subsidiar tais definições e apoiar o Plano de Gestão.

As características da Área de Proteção Ambiental Cananéia - Iguape - Perúibe, descritas no 1º volume, indicam que uma política eficaz de regulamentação deverá ser formulada a partir do consenso sobre os conflitos colocados em torno da complexa problemática que envolve a preservação e o uso dos recursos naturais. Deve-se considerar as políticas e as ações concernentes às demais unidades de conservação existentes na Região, as ações em curso em outros programas do Vale do Ribeira e Litoral Sul e os condicionantes aqui apresentados.

Além dos levantamentos temáticos realizados, as consultas às prefeituras municipais, aos agentes intervenientes e os seminários realizados nos levam à confirmação da idéia inicial: há atualmente uma sobrecarga de instrumentos de caráter restritivo sem a devida compensação na forma de incentivos à dinamização da economia e ao atendimento das questões sociais e culturais correntes.

Em que pese o esforço de setores governamentais, sobretudo do sistema ambiental, de estudar e intervir na Região, as divergências e sobreposições de funções, aliadas à carência crescente de recursos humanos e financeiros, vêm contribuindo para o delineamento de um quadro agravante no que diz respeito ao cumprimento de objetivos voltados ao desenvolvimento sustentado da Região. Ou se opta por iniciar um novo processo de abordagem das questões, ou o descrédito dessas instituições e seus valores defendidos tendem a crescer, sob pena de ver-se desaparecer um patrimônio cultural, ambiental e humano raro. Raro e valioso, como o demonstram os fatos da Região ter sido elevada à categoria de Reserva da Biosfera e Patrimônio Nacional.

A multiplicidade de organismos governamentais presentes na Região e nas várias unidades de conservação existentes resulta em iniciativas isoladas sobre temas comuns, caracterizando dispersão e timidez frente às reais necessidades.

Essas constatações induzem à necessidade do estabelecimento de um amplo fórum de discussões, no qual seja possível estabelecer um consenso mínimo sobre a continuidade dos trabalhos e as formas de integração com outras iniciativas e propostas surgidas, por sua vez, em outros fóruns.

Por outro lado, diversas reuniões havidas ao longo do processo de estabelecimento das diretrizes de atuação na Região demonstraram a inadequação de formulações de proposições em escala apenas regional.

Partindo do pressuposto de que uma das vias para a formulação de mecanismos de transformação numa sociedade e para a solução de conflitos é a discussão democrática, com troca de conhecimentos sobre as concordâncias e discordâncias, a gestão se coloca como foco principal desta regulamentação.

A análise dos tópicos levantados para caracterização do contexto regional e da área de atuação da regulamentação que se propõe formular denota a complexidade das variáveis envolvidas na questão, envolvendo : diversos níveis institucionais, diversos setores da sociedade civil, diversas Unidades de Conservação e diversas alternativas de desenvolvimento econômico sob o enfoque da sustentabilidade, demandando ainda diversas medidas.

A existência de propostas embasadas em estudos cuidadosos e específicos para os diversos setores costeiros, e a existência de Planos de Manejo concluídos ou em finalização para outras Unidades de Conservação evidencia, mais uma vez, a necessidade da elaboração de um sistema de avaliação e de monitoramento através de um " Comitê Gestor ".

O Zoneamento Ecológico-Econômico é, neste sentido, um dos instrumentos a ser utilizado.

Como primeiro passo propõe-se a criação de " Unidades de Gestão ", visando descentralizar espacialmente a gestão consubstanciada no Plano, operacionalizando sua discussão e implementação.

O objetivo principal é o estabelecimento de um processo de planejamento e gerenciamento integrado, participativo e permanente, fundamentado em uma ótica política e social de

conservação ambiental, com vistas ao encaminhamento de uma linha de desenvolvimento sustentável.

Aspectos Metodológicos

Um primeiro aspecto a ser considerado na formulação de uma proposta de zoneamento para esta Área de Proteção Ambiental é que a Região é objeto de outros macrozoneamentos, propostos no âmbito do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro, cujo projeto de lei encontra-se em fase final de tramitação na Assembléia Legislativa (vide vol 1), e que listamos abaixo :

1 - Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, já elaborado e discutido, em que pese o intervalo de tempo transcorrido desde então, em que os condicionantes técnicos foram profundamente analisados. A APA de Ilha Comprida, inclusive, tem sua regulamentação , com zoneamento específico, integrado ao Macrozoneamento em questão.

2 - Macrozoneamento do Vale do Ribeira, cujos trabalhos estão sendo finalizados, abrangendo os municípios aqui enfocados de Miracatu, Pedro de Toledo e Itariri.

3 - Baixada Santista, terceiro setor costeiro relacionado com esta Unidade de Conservação, objeto de trabalhos dentro do Programa de Gerenciamento Costeiro, considerando a criação da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Um segundo aspecto a ser considerado é o da necessária integração entre zoneamento e gestão, tendo-se procurado demonstrar que esta constitui foco central a ser equacionado na elaboração dos instrumentos de planejamento da Região.

E um terceiro aspecto a ser considerado é que as diversas propostas de zoneamento elaboradas permitem-nos avaliar as limitações da eficácia desse instrumento quando desarticulado do interesse local , ficando clara a importância que ganha o processo de sua elaboração para a obtenção de resultados concretos.

Assim, cada vez mais os Municípios têm relevância na viabilização das propostas, ainda que de competência do Estado ou União, sendo a descentralização outra meta a ser atingida, através do estabelecimento de diretrizes de âmbito municipal.

A sociedade civil organizada também deverá ter papel claro na gestão da Região, considerando os direitos garantidos constitucionalmente, devendo vir a contribuir além da reivindicação, atuando em parcerias, integrada ao processo.

Cabe considerar ainda os resultados da aplicação da legislação ambiental e os resultados obtidos pela intervenção do Estado na Região por dois flancos: o primeiro, através da criação de diversas Unidades de Conservação na Região, que garantiu a conservação e proteção dos ecossistemas, o que, de certa forma, atenuou conflitos fundiários que opunham comunidades locais à especulação imobiliária. Contudo, as conseqüências negativas, como as atividades exercidas clandestinamente, os desmatamentos, o descontrole da produção e o extrativismo, assim como os aspectos sociais - êxodo rural, perda das características técnico-culturais, pobreza - vêm apontando para a necessidade de uma reavaliação da estratégia para a conservação. O segundo flanco, pelo fato da

legislação ambiental já implicar em “ pré-zoneamento “, atendendo à restrição, mas não ao desenvolvimento.

Ao se propor um Zoneamento Ecológico-Econômico, ambos devem ser pesados.

O novo papel do Estado consiste em viabilizar, ao lado dos demais envolvidos, a construção de um cenário econômico e social futuro adequado à Região, levando-se em conta suas potencialidades e características, segundo alternativas de desenvolvimento sustentável.

A elaboração de uma proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico que considere a participação e discussão como fundamentais à sua eficácia requer ritmo e tempo de maturação adequados aos demais interlocutores, especialmente os municípios, cujas administrações terminam neste ano de 1996, tornando-se portanto necessário, no prazo imediato, integrar os recém-eleitos às discussões e decisões. Ainda no tocante à participação, os demais setores envolvidos repetidas vezes reivindicaram a discussão prévia à proposição de um zoneamento, opondo-se a qualquer encaminhamento decidido “de cima para baixo”.

A partir das considerações acima, optou-se pela definição de “ Unidades de Gestão “, num primeiro momento, visando contextualizar as diversas porções do território abrangido pela APA, promovendo a descentralização dos debates e o encaminhamento de propostas entre os envolvidos para solução de questões locais, possibilitando desta forma a incorporação de atores locais desde o início dos projetos constantes no Plano.

Portanto, desde já, é possível o início da gestão através dessas Unidades, aperfeiçoando-as juntamente com a discussão da definição dos limites da própria APA.

Ao não se considerar a definição de zonas como componente principal de um ordenamento do solo, dada a dinâmica das relações ecossociais, busca-se o estabelecimento de Unidades capazes de promover a gestão dos recursos nelas presentes, apoiadas por levantamentos e mapeamento como referencial para tomada de decisões.

Esta proposta preliminar admite a constituição imediata do “ Comitê Gestor “, que poderá encaminhar um conjunto de propostas voltadas para uma organização setorial da comunidade, como estratégia para início imediato da implementação de projetos, pretendendo-se futuramente sua organização em função das Unidades de Gestão.

I - Conceitos e Diretrizes Gerais

1 - Planejamento e Desenvolvimento Sustentável

Ao planejar o desenvolvimento de um país ou de uma Região, devem ser consideradas simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade (Sachs, 1991):

- a) sustentabilidade social;
- b) sustentabilidade econômica;
- c) sustentabilidade ecológica;
- d) sustentabilidade espacial;
- e) sustentabilidade cultural.

Sachs, na verdade, aponta para um novo “estilo” de desenvolvimento aplicável a áreas rurais e urbanas, cuja base vem da orientação das populações envolvidas no processo, seja pelo atendimento a suas necessidades básicas, seja pela promoção de sua autonomia. Refere-se a uma diretriz fundamental de “harmonização” entre iniciativas de dinamização socio-econômica, consolidação e aprofundamento de uma cultura política democrático-participativa, distribuição equitativa do “ter” e gestão “ecologicamente prudente” do meio ambiente”.

Sobre isso, Vieira(1995) aponta que esse conceito de desenvolvimento - o “ecodesenvolvimento”- além da integração da problemática ambiental indica o enfoque de planejamento participativo, relacionando-se estratégias a contextos sócio-culturais e ambientais específicos. O conceito de ecodesenvolvimento estimula a reflexão e a experimentação criativa e participativa, com alternativas de crescimento econômico que “valorizem o potencial de recursos naturais e humanos em cada contexto regional específico, minimizando os custos sociais e ecológicos e promovendo a autonomia das populações envolvidas - mesmo que se faça necessário um ritmo mais lento de crescimento, o que não é forçosamente obrigatório”.

O êxito relativo às estratégias alternativas depende diretamente de levar-se adiante alternativas de “sistemas” de planejamento novos e efetivos, com a presença de pesquisa inter e transdisciplinar orientada para a ação e o envolvimento da sociedade civil organizada no que se refere a necessidades coletivas, identificação de potencialidades econômicas em cada contexto socioecológico e na organização do trabalho de gestão dessas potencialidades. (Vieira, 1995).

2 - Diretrizes Globais

Como diretriz básica coloca-se a **Agenda 21**, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no dia 14 de junho de 1992, “um abrangente programa de ação a ser implementado - a partir de agora e se prolongando pelo século 21 - pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes em cada área onde a atividade (econômica) humana afeta o meio ambiente.” (*Resumo da AGENDA 21- Cúpula da Terra, SMA/ SP e Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, RJ; 1ª tradução, março de 1993*).

Aborda itens como cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, combate à pobreza, mudança de padrões de consumo, dinâmica demográfica, saúde humana, assentamentos humanos sustentáveis, transição

energética, uso dos recursos do solo, desmatamento, necessidades agrícolas, diversidade biológica, recursos oceânicos e de água doce, produtos químicos tóxicos e rejeitos perigosos, lixo, entre outros.

Alguns tópicos tocam diretamente a confecção desta proposta, como o capítulo 8, Seção I, sobre a elaboração de políticas para o desenvolvimento sustentável, preconizando a necessidade de se fazer uma reforma básica no processo de planejamento, propondo a plena integração das questões do meio ambiente e do desenvolvimento na tomada de decisão dos governos em suas políticas, com ampla participação do público.

São indicações apontadas como fundamentais para essa integração a delegação de responsabilidades de planejamento e administração a níveis mais baixos da autoridade pública, considerando-se métodos nativos de administração de recursos naturais.

Devem ser considerados os custos ambientais às decisões de produtores e consumidores, lançando-se mão dos subsídios (ou através de sua retirada), criando-se novos mercados de controle de poluição e de recursos ambientalmente saudáveis. "A economia nacional deve ser ampliada para incorporar essa integração econômico-ambiental como um complemento das práticas econômicas tradicionais de cada país", devendo-se desenvolver formas de avaliação do valor de recursos ambientais e serviços ligados ao meio ambiente.

Busca-se também a integração entre o desenvolvimento sustentável e a política agrícola, como ao planejamento, enfocando-se o desenvolvimento rural como forma de aumentar a produção de alimentos, garantindo-se a participação de minorias populares e promovendo a cessão clara de títulos, direitos e responsabilidades, diversificando o emprego rural e conservando e reabilitando a terra, entre outros benefícios.

Tratando da biodiversidade, as propostas da Agenda 21 são: entrada em vigor da Convenção da ONU, com a promoção de métodos e conhecimento das comunidades tradicionais; pesquisas nacionais para compilação do inventário dos recursos biológicos e consequente priorização de ações, avaliando-se os benefícios e implicações sociais e econômicas da proteção da biodiversidade, devendo também serem estimuladas práticas sustentáveis em áreas adjacentes às regiões protegidas.

Quanto aos recursos costeiros, mencionam-se problemas comuns a áreas-programa, como falta de dados, falta de planejamento e administração, falta de cooperação internacional e de transferência de tecnologia, e fundos inadequados, sugerindo a criação de áreas onde os Estados administrariam o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais: criação de estoques, planejamento e administração dos recursos costeiros, através da cooperação regional para integração de projetos.

As propostas dão ênfase à prevenção de problemas, onde a administração costeira terá papel na redução da poluição dos oceanos, cuidando-se da recuperação: espécies marinhas devem ser restabelecidas e mantidas em níveis sustentáveis, usando-se equipamentos de pesca seletiva e aumentando a eficácia da fiscalização e execução de acordos existentes

A mudança do clima global e a poluição atmosférica podem afetar a disponibilidade de água potável e ameaçar os ecossistemas, particularmente em terras baixas das áreas litorâneas e das pequenas ilhas, sendo necessários planejamento e administração integrados de todos os tipos de recursos da água doce para solucionar os problemas de escassez e destruição desses recursos. Os planos de desenvolvimento racional devem abranger usos múltiplos, prioritariamente enfocando o controle de enchentes e assoreamento. Devem ser estabelecidos padrões de escoamento, construídas instalações para tratamento de esgotos e invocada a figura do "poluidor-pagador".

Mais e melhores instalações de tratamento de esgoto e lixo. Obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental de grandes projetos de desenvolvimento que possam afetar os suprimentos de água, racionalização do uso de pesticidas e fertilizantes, reciclagem de água para agricultura e biotecnologia.

Proteção de aquíferos, como pantanais e mangues. Aperfeiçoamento da educação sanitária e redução drástica de doenças ligadas à água, sendo crucial o desenvolvimento de serviços de baixo custo, que possam ser sustentados pelas comunidades locais. Nas áreas rurais é preciso alcançar-se o equilíbrio entre o uso de água para produção sustentável de alimentos e para outros propósitos.

A Agenda 21 propõe 4 programas para a administração dos resíduos sólidos: redução do lixo, uso repetido e reciclagem, tratamento e despejo ambientalmente saudáveis e ampliação dos serviços de lixo. Enfatiza a importância do envolvimento de todos os grupos sociais na conquista do desenvolvimento sustentável.

“A ampla participação pública na tomada de decisão é fundamental para o desenvolvimento sustentável. Indivíduos, grupos e organizações precisam tomar parte na avaliação do impacto ambiental de decisões que possam afetar suas comunidades; e devem ter amplo acesso a todas as informações relevantes sobre o assunto.”

Sendo que os jovens representam 30% da população mundial, esses precisam participar das decisões que vão determinar seu futuro, garantindo-lhes educação que incorpore a consciência ambiental e os conceitos de desenvolvimento sustentável. Também são enfocadas a saúde, nutrição, educação e alívio da pobreza com relação às crianças (Cúpula da Criança, 1990), através de programas com objetivos ambientais e de desenvolvimento.

Os povos indígenas podem contribuir muito pela sua relação histórica com suas terras e conhecimento científico tradicional holístico dos recursos naturais e do meio ambiente, devendo-se fortalecer sua participação nas decisões.

“Para conceder poder a comunidades indígenas é preciso reconhecer seus valores, conhecimento tradicional e práticas de administração de recursos, além de sua dependência dos recursos renováveis e dos ecossistemas. Suas terras devem ser protegidas de atividades ambientalmente nocivas e de ações que os povos indígenas considerem social e culturalmente inadequadas. Algumas comunidades podem precisar de maior controle sobre suas terras e autonomia na administração de seus recursos.”

Como parceiros sociais vitais para o desenvolvimento sustentável colocam-se as ONGs, organizações não governamentais, por dominarem especializações múltiplas em campos importantes e papel na participação democrática, devendo ser envolvidas na tomada de decisões.

Sobre as autoridades locais, a Agenda 21 esperava que até 1996 praticamente todas as autoridades locais de cada país tivessem chegado a um consenso com os cidadãos, as organizações locais e as empresas privadas quanto a uma “Agenda 21 local”. Trabalhadores e sindicatos trabalhistas deverão ter plena participação, além de treinamento adequado para proteger o meio ambiente e sua segurança e saúde pessoais.

Comércio e indústria, cruciais para o desenvolvimento econômico, podem contribuir muito, junto com o governo, para redução do uso de recursos e danos ambientais, usando-se uma combinação de incentivos econômicos e medidas legais para isso, incorporando-se os custos ambientais no mecanismo de preços e contabilidade.

Apontando principalmente os empreiteiros pequenos e médios, esses podem desempenhar papel importante na ampliação do mercado de trabalho, no aumento da eficiência do uso de recursos e na redução de riscos ambientais. O governo deve encorajá-los a práticas de cooperação com o setor privado, ajudando a estabelecer fundos de capital de risco para projetos de desenvolvimento sustentável, e avaliando como pouco significativos os custos adicionais dessas iniciativas, uma vez que envolvem o redirecionamento das atividades existentes.

A comunidade científica e tecnológica “deve contribuir mais aberta e eficientemente para a elaboração de políticas de desenvolvimento. Isso significa maior cooperação e comunicação mais intensa, tendo de um lado a comunidade - que inclui engenheiros, arquitetos, desenhistas industriais, planejadores urbanos e outros profissionais liberais - e, de outro, os governos, que tomam as decisões, e o público.”

Indica que devem ser fortalecidas redes e programas cooperativos para disseminação dos resultados de pesquisas e promoção de diretrizes e normas de prática científica para assegurar que os processos naturais sejam adequadamente valorizados, envolvendo cooperação internacional, grupos nacionais de consultoria sobre ética ambiental e do desenvolvimento, e amplo treinamento nessas questões.

Os agricultores são fundamentais para as metas de sustentabilidade. “A maioria da população rural nos países em desenvolvimento depende da agricultura de subsistência, tem acesso limitado aos recursos e tecnologias e, conseqüentemente, se engaja na superexploração de terras marginais.”

Como incentivo a que os agricultores administrem os recursos naturais de forma sustentável os governos devem descentralizar a tomada de decisões, fortalecendo as organizações locais e municipais, promover incentivos financeiros (através de políticas comerciais e mecanismos de preços), apoiar a formação de organizações de agricultores, incluindo as mulheres, no acesso a crédito, tecnologia e treinamento, com apoio a pesquisa para aumento de produtividade, manutenção de fertilidade da terra, conservação da água e energia, comparação entre a agricultura de altos e baixos insumos e para fazer uso ideal do trabalho humano e da energia animal.

O Capítulo 33, Seção IV, enfoca os recursos e mecanismos financeiros:

“O crescimento econômico, o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza são prioridades absolutas nos países em desenvolvimento e essenciais à sustentabilidade. O fornecimento de recursos técnicos e financeiros aos países em desenvolvimento, para implementar a Agenda 21, beneficiará toda a humanidade. E o custo a longo prazo da inação pode ser muito maior.

As questões globais e locais são interrelacionadas. São necessários esforços especiais para lidar com questões como mudanças climáticas e diversidade biológica.

O livre comércio e o acesso a mercados ajudarão a fazer com que o crescimento econômico e a proteção ambiental estejam integrados em todos os países.

A cooperação internacional com o desenvolvimento sustentável deve complementar os esforços dos países em desenvolvimento. Para isso, serão precisos novos e substanciais recursos financeiros adicionais, incluindo subvenções ou financiamento em concessões em níveis previsíveis.

Para prover esses recursos, os países desenvolvidos reafirmarem seu compromisso de atingir o mais cedo possível o objetivo das Nações Unidas, de destinar 0,7 % do PNB

(Produto Nacional Bruto), anualmente, à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA); alguns desses países concordaram em alcançar a meta até o ano 2000. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável vai monitorar o progresso em direção a essa finalidade. Deve haver uma divisão eqüitativa do ônus entre os países desenvolvidos. Outras nações podem contribuir voluntariamente.

Devem ser usados todos os mecanismos e fontes de financiamento, como:

* A Associação Internacional ao Desenvolvimento - AID (*) e bancos regionais e subregionais de desenvolvimento.

* O Fundo Mundial de Meio Ambiente, administrado conjuntamente pelo Banco Mundial, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A organização deve ser reestruturada para encorajar uma participação mais ampla. Sua esfera de ação deve ser ampliada para abranger importantes áreas-programas da Agenda 21, com benefícios globais.[...]

* Agências especializadas, organismos das Nações Unidas e instituições multilaterais destinados a ajudar os governos a implementarem a Agenda 21. O PNUD deve ter apoio nos programas de aperfeiçoamento e cooperação técnica no nível nacional e deve usar de forma ampla o conhecimento especializado do PNUMA.

* Medidas de alívio da dívida para países em desenvolvimento com renda baixa e média, incluindo trocas de débitos.

* Financiamentos privados e investimentos diretos, incentivados por políticas nacionais e empreendimentos conjuntos.

* Financiamentos inovadores: novas formas de gerar fundos devem ser exploradas, incluindo incentivos fiscais, permissões comercializáveis e realocação de recursos atualmente destinados a objetivos militares.

Os custos estimados (1993-2000) para implementar as atividades da Agenda 21 nos países em desenvolvimento eram superiores a 600 bilhões de dólares, incluindo 125 bilhões de dólares em subvenções internacionais ou financiamentos em termos de concessão."

3 - Diretrizes de Nível Nacional

Está sendo elaborado o **Programa de Gestão Bio-Regional**, "cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável em espaços geográficos de diferentes graus de abrangência e características ambientais - ecológicas, econômicas e sociais - diversas."(*Programa de Gestão Bio-Regional, Proposta Preliminar*, FARIA, Sueli F. e MENDONÇA, Patrícia R.MMA/IBAMA/ DIREN; Brasília, 1996)

Segundo esse documento, o ponto focal do desenvolvimento sustentado está em:

- "
- reconciliar fatores econômicos e sociais com os aspectos ecológicos no planejamento e implementação do desenvolvimento econômico e social.
- aplicar princípios das ciências econômicas e sociais dentro do marco de referência fornecido pelas ciências biofísicas sobre as respostas dos recursos naturais ou sistemas ecológicos ao uso humano."

As implicações desse tipo de desenvolvimento com a organização do uso e ocupação do espaço exige a definição de uma unidade espacial “definida por critérios ecológicos, cujos limites geográficos sejam reconhecidos pelas comunidades locais e demais agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento” como referência para o planejamento local e regional.

A partir de idéias do americano Kenton Miller, o órgão define Bio-Região como “espaço geográfico definido por critérios ecológicos, que contém um ou vários biossistemas - biomas ou ecossistemas - e tem sua área de abrangência reconhecida pelas comunidades locais e demais agentes interessados em garantir a sustentabilidade de seu processo de desenvolvimento. Seu núcleo deve ser constituído por uma ou mais unidades de conservação ou um recurso natural relevante para o desenvolvimento regional.”

Planejamento Bio-Regional é um “processo participativo e descentralizado, que visa organizar a atividade sócio-econômica no espaço de uma bio-região, preservando a sua diversidade, complexidade e funções ecológicas, de forma a garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento. Nesse processo, as instituições e grupos sociais organizados cooperam para obter informações, refletir sobre os problemas e potencialidades da bio-região, definir metas e objetivos de desenvolvimento sustentável, definir estratégias de ação, definir projetos, atividades e ações, bem como definir os sistemas de monitoramento e avaliação que irão retroalimentar o processo de gestão, como um todo.”

Esse tipo de gestão bio-regional implica em construir capacidade gerencial humana, institucional, financeira e infra-estrutura; possibilitar a participação ampla de grupos de interesse; integração institucional; compreensão, mobilização e identificação da sociedade para com essa nova abordagem da gestão; intercâmbio de informações; pesquisa e controle; uso do conhecimento científico e técnico, como daquele empírico das comunidades locais; administração adaptativa entre o modelo de gestão e a comunidade; desenvolvimento de técnicas cooperativas visando a integração interinstitucional e cooperação internacional.

Com relação ao IBAMA, cabe mencionar as diretrizes formuladas, ainda que não formalmente, pela Superintendência de São Paulo -SUPES-SP no sentido de se obter resultados, como, por exemplo, a alteração no defeso da manjuba, fruto da discussão com os atores sociais.

4 - Diretrizes Regionais

Considerando os objetivos expressos na Agenda 21, foi concebido o plano de ação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, consubstanciado na **Agenda Ambiental do Vale do Ribeira e Litoral Sul**

A fórmula para o desenvolvimento sustentado deve ser encontrada através de parcerias e soluções conjuntas, inclusive reformulando a atuação da SMA. O Estado tem papel de subsidiar e apoiar, junto às Prefeituras e ONGs, a formulação de projetos para captação de recursos[...] Não haverá progresso sem conservação ambiental e justiça social. A política da SMA é de transparência e parceria, e ela deve ser articuladora no âmbito do governo do Estado para facilitar o desenvolvimento sustentado da região.” Deputado Fábio Feldmann, Secretário de Estado do Meio Ambiente, abertura da reunião do CODIVAR, março de 1995.

Assim se inicia o documento preliminar da Agenda Ambiental do Vale do Ribeira (MARETTI, Cláudio C. p/ Grupo de Trabalho do Vale do Ribeira e Litoral Sul, nov. de 1995, SMA, SP), documento esse que buscou sistematizar as diversas propostas de ações para a região.

O grupo de trabalho foi formado para formular uma política ambiental para o Vale do Ribeira e Litoral Sul, levando em conta a importância e especificidades da região, prioritária no âmbito das ações da SMA, apontando a necessidade de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentado e conservação.

Segundo o documento, a atuação governamental tem se pautado pelo caráter restritivo e repressivo, cabendo lembrar que a conservação de recursos da zona costeira e florestas devem levar em conta a biodiversidade e o envolvimento das comunidades locais e tradicionais.

As parcerias devem ser buscadas, construídas sob liderança da SMA, articuladora e catalisadora, que deverá "apoiar e ajudar a elaboração de projetos, a captação de recursos e a sua implementação", estabelecendo-se uma estratégia também a curto e médio prazos. Defende, assim, a realização de projetos capazes de se concretizarem em 6 meses ou um ano, a título de demonstração e exemplificação, com conseqüente multiplicação, com papel também político e ideológico. O documento destaca ainda o papel que a comunicação e a educação desempenham numa estratégia de intervenção.

No tocante à gestão, deve ser participativa, descentralizada e integrada: municípios, ONGs, associações de base "devem adquirir competência para continuar a gestão ambiental sem a necessidade constante da interferência dos poderes mais centrais.

É necessário construir, no processo, a institucionalização do planejamento e de seus instrumentos de decisão (colegiados) e de gestão integrada", lembrando que a bacia hidrográfica em questão abrange dois Estados - São Paulo e Paraná, formando a região estuarina-lagunar de Iguape até Paranaguá.

Dentre as prioridades, coloca:

- eixos de atuação, pelos quais a SMA e o Governo do Estado devem levar adiante instrumentos como a compensação financeira, o macrozoneamento - de forma participativa -, o Comitê de Bacia como fórum regional, prognósticos em termos de possibilidades de desenvolvimento e de impactos sócio-ambientais decorrentes de empreendimentos de porte, a capacitação de agentes/ técnicos ambientais e a articulação entre os diversos órgãos envolvidos com vistas a um programa de desenvolvimento sustentado para a região.
- alternativas econômicas de desenvolvimento sustentado, procurando-se uma atuação com base no incentivo a essas iniciativas em lugar do caráter repressivo.
- novo enfoque das Unidades de Conservação, com negociações junto às comunidades e eventuais revisões na legislação, sendo as UCs sítios preferenciais para unir diversidade biológica com atividades como ecoturismo e educação ambiental.
- um dos programas prioritários é o de controle ambiental, onde cabe a revisão de procedimentos de licenciamento e controle/fiscalização, considerando-se os posseiros e situação fundiária dos pequenos agricultores da região.

Outro instrumento é o Macrozoneamento Ecológico-Econômico, como etapa do processo de planejamento e complementado por indicações de possibilidades alternativas específicas segundo a "vocação florestal-pesqueira", como de mecanismos políticos de decisão e defini o de procedimentos, diretrizes e capacidade de suporte regional para licenciamento ambiental.

Projetos-piloto de apoio ao desenvolvimento sustentado, demonstrativos e cujos estudos pudessem melhorar o conhecimento dos recursos naturais, lembrando da “certificação ambiental” como incentivo a produtos ambiental e socialmente bem produzidos.

Ainda como instrumentos, os Planos de Gestão/ Manejo das Unidades de Conservação efetivamente implantados e a estruturação regional, implantando-se uma sede regional comum e garantindo-se um sistema representativo.

Esse documento, preliminar, finaliza abordando as questões da estruturação dos serviços e do processo de discussão e debates em busca das soluções, organizados através de um “colegiado informal”, articulado para a construção de um acordo social na região.

5 - Diretrizes Específicas para o Complexo Lagunar de Cananéia - Iguape - Paranaguá

Como diretrizes para a proposição de um ZEE e Plano de Gestão para a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, foi tomado como base o **Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia**, e a **Regulamentação da APA da Ilha Comprida**, e o **Macrozoneamento do Vale do Ribeira**, integrantes do **Programa de Gerenciamento Costeiro no Estado de São Paulo**.

A proposta de Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, formulou um cenário para a região, dando diretrizes de intervenção setorial e municipal, organização e gestão institucional do plano.

O cenário idealizado de modelo é o eco-turístico-pesqueiro, onde o caráter ecológico desempenha o papel de atração para um turismo de visitação seletiva e direcionado, garantindo a produtividade do ecossistema. Permite também a dinamização da atividade pesqueira-aquícola, produtora de alimentos, que, por sua vez, também promove o turismo, com o qual deve estabelecer uma aliança conservacionista para arrefecer a voracidade imobiliária nas unidades de zoneamento sob influência direta da laguna e do mar aberto completa-se pela introdução de usos sustentados em unidades do zoneamento: agricultura, reflorestamento e extrativismo vegetal, absorvendo boa parte da mão-de-obra rural ociosa, buscando interpor os dois conjuntos de forma que se complementem, numa perspectiva de sustento e intercâmbio produtivo.

Além de Programas de Desenvolvimento Turístico, da Pesca, Manejo Agrícola Extrativista e de Implantação de Infra-Estrutura Urbana e Regional, o Programa de Gerenciamento Costeiro prevê a formação de Colegiados Costeiros, devendo-se considerar o comitê da bacia hidrográfica e o Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira - CODIVAR.

A APA da Ilha Comprida foi elaborada quando a ilha era dividida entre os municípios de Cananéia e Iguape. Desde sua emancipação como município, Ilha Comprida se vê diante de problemas previsíveis à época dessa regulamentação, principalmente no tocante à receita e decorrências da ocupação urbana em sítio totalmente inadequado a esse gênero. As soluções passarão necessariamente pela articulação regional e estabelecimento de consórcios inter-municipais, dada a fragilidade de sua capacidade de suporte, e por um plano a ser implementado segundo a nova situação político administrativa.

Assim, não se poderia proceder de forma diferente, ou seja, de buscar embasamento em ações governamentais já propostas, cuja formalização encontra-se em vias de ser estabelecida, como é o Projeto de Lei de Gerenciamento Costeiro, em análise na Assembléia Legislativa do Estado e integrar ações quanto a Ilha Comprida.

Nessa visão mais abrangente, coloca-se a APA federal de Guaraqueçaba, localizada na porção norte do litoral paranaense, abrangendo os municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul.

Com cerca de 313.000 ha, foi criada pelo Decreto Federal nº 90.883, de 1985, estando em processo de regulamentação através também de convênio entre IBAMA e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tendo sido elaborado um Plano de Gestão Ambiental pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Esse Plano estabelece diretrizes e orienta programas, projetos e ações num prazo de 2 anos, dirigindo-se principalmente, à ação do setor governamental, tendo como base a proposta de configuração dos Planos de Gestão Ambiental no Gerenciamento Costeiro (AGRA-FILHO, 1994), não dispondo de zoneamento regulamentado e sem caráter normativo. Para sua consecução final utilizou-se do método ZOPP - de planejamento de projetos orientado por objetivos, que se realizou em Guaraqueçaba, de 12 a 16 de dezembro de 1994.

Dentro da definição de seu Plano Estratégico coloca diretrizes, linhas de ação, estratégias e ações necessárias, considerando tratar-se de Unidade de Conservação de uso múltiplo e com populações locais. Apresenta "linhas mestras, buscando-se integrar e estabelecer um sistema interinstitucional e participativo de gestão ambiental e sócio-econômica.

Apesar de se basear no Gerenciamento Costeiro, "não define medidas econômicas, regulamentos e normatização, investimentos e financiamento, e tão pouco está elaborado a partir do zoneamento ecológico-econômico e/ou estabelece diretrizes de ocupação e uso dos recursos naturais." Para sua implementação há que discuti-lo e deverá ser detalhado pelos "Planos Operativos e/ou instrumentos de planejamento que definam a atuação específica de cada um dos partícipes" da gestão.

Com base nos problemas e soluções discutidos, estabeleceram-se os resultados esperados para 1995/1996:

- (1) gestão operacional da APA de Guaraqueçaba melhorada;
- (2) fluxo de informações estabelecido em todos os níveis/ segmentos;
- (3) ações de manejo conservacionista implementadas;
- (4) conhecimento científico/ tecnológico aplicado à gestão da APA;
- (5) atividades econômicas sustentáveis compatíveis com os objetivos da APA viabilizadas de acordo com as necessidades da população local;
- (6) monitoramento das atividades humanas e naturais implantado;
- (7) sistema integrado de fiscalização e licenciamento de atividades produtivas na APA implantado e,
- (8) infra-estrutura básica geral melhorada e situação fundiária levantada.

Como resultado esperado coloca-se ainda a programação, monitoramento, avaliação e ajuste permanente do Plano de Gestão Ambiental, sendo o responsável o conjunto de instituições envolvidas, prevendo-se o acompanhamento da gestão em diversos níveis e setores, tendo o documento como referência para o estabelecimento do plano de ação na região.

O Plano Estratégico consta de 8 programas, correspondentes aos resultados esperados acima listados, a serem detalhados por cada executor/ colaborador, de acordo com sua capacidade de execução (recursos financeiros e humanos e missão institucional).

Propõe o estabelecimento de uma instância única e representativa dos diferentes setores sociais envolvidos na gestão ambiental e sócio-econômica, a quem caberia analisar, deliberar sobre e coordenar ações, "integrar esforços de execução e compatibilizá-los ao longo do tempo, de forma a gerar a maior eficiência nos processos de gestão ambiental e na melhoria da qualidade de vida da população local."

Os programas são os seguintes:

- Programa de Administração e Gerenciamento - a autoridade administrativa, no caso, é o IBAMA (nível federal) e pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (nível estadual). O programa visa operacionalizar procedimentos, ordenar e coordenar ações, buscando a integração de esforços e promoção da participação popular na gestão ambiental;
- Programa de Educação e Comunicação - visa buscar apoio da população local e público em geral, incluindo atividades de educação ambiental, comunicação inter e intra-institucional e acesso público ao conhecimento produzido sobre a região;
- Programa de Manejo Conservacionista - atividades e ações que visam o uso apropriado de bancos genéticos, ecossistemas e espécies, de acordo com sua capacidade de suporte;
- Programa de Pesquisa - além de identificar áreas básicas para elaboração de um plano de manejo: inventário botânico e faunístico; levantamento quantitativo das espécies; relações ecológicas; necessidades das espécies; dinâmica de alterações e análise dos efeitos de manejo, além dos aspectos climáticos e meio físico, aponta a necessidade de análises sociais econômicas locais e resgate e sistematização do conhecimento de domínio popular;
- Programa de Desenvolvimento Sustentável - amplo conjunto de atividades visando readequar processos produtivos em curso e desenvolver novos;
- Programa de Monitoramento - atividades de acompanhamento sistemático das condições e qualidade ambiental como subsídio ao processo de planejamento e gestão;
- Programa de Fiscalização - conjunto de procedimentos para prevenção e punição de atividades ilegais, a cargo do IAP, BPFlo e IBAMA. Busca o cumprimento da lei "de forma igualitária e com justiça social", com ênfase na prevenção;
- Programa de infra-estrutura e ocupação do espaço - entende a infra-estrutura os serviços públicos básicos: saúde, educação, saneamento, eletrificação, comunicação, etc, visando "condições sadias de qualidade de vida das populações residentes". Refere-se à integração de iniciativas do poder público estadual e municipal, através de sub-programas, priorizando-se saúde e educação.

No Plano de Ação existem algumas atividades comuns entre os programas:

- constituição de um Conselho participativo para viabilização da gestão única e integrada;
- criação de um Centro de Referência com informações sobre a região e promoção do conhecimento sobre a APA;

- criação de sistema de comunicação interinstitucional e intersetorial sobre a região;
- estabelecimento do zoneamento ecológico-econômico da APA;
- desenvolver, difundir e estimular técnicas produtivas compatíveis com os princípios de conservação e melhoria da qualidade de vida da população local;
- desenvolvimento de pesquisas visando obter conhecimento necessário e suficiente para a gestão.

II - PLANO DE GESTÃO

1 - Aspectos Metodológicos

A proposta metodológica básica para esta regulamentação partiu de MARETTI, Cláudio C (1994), que no documento "Metodologia e Reflexões para o Zoneamento Ecológico-Econômico & Plano de Gestão da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe" (SMA/ CPLA/ DPL, doc. int., 1994), estabelece a **Pesquisa Bibliográfica**, o **Cadastramento de Agentes Intervenientes** e o **Seminário** como atividades fundamentais para elaboração de um Plano de Ação Emergencial, segundo os princípios da participação, descentralização e integração interinstitucional.

Buscando integrar, em 1996, essa proposta preliminar com as demais ações em curso anteriormente elencadas e demais diretrizes consideradas, foi elaborada uma caracterização referencial para a gestão e ZEE, consubstanciada no 1º volume deste trabalho, com indicativos mais amplos quanto à gestão regional.

Considerando que a região apresenta um grau de conservação ambiental significativa, índices sócio-econômicos preocupantes e perspectivas de desenvolvimento limitadas, cabe a utilização racional de seus recursos naturais para uma nova proposta de desenvolvimento, apoiando a manutenção da população rural e as comunidades tradicionais.

Com pré-zoneamento existente - a partir das restrições ambientais, ao lado de propostas para um novo cenário, o objetivo de um Plano de Ação Emergencial para esta APA é o de viabilizar as condições futuras para um desempenho satisfatório da Unidade em termos de Conservação.

A proposta voltou-se à consecução de:

- a) uma estrutura gestora, capaz de descentralizar a gestão;
- b) programas e projetos a serem iniciados imediatamente;
- c) diretrizes que apontem para demais programas a curto e médio prazos;
- d) Unidades de Gestão, visando a descentralização espacial da gestão, base para refinamento consensual do Zoneamento Ecológico-Econômico.
- e) subsídios para a formação de um Banco de Dados (Agentes Intervenientes e Pesquisa Bibliográfica);

Justificativa

A região da APA é complexa em termos sócio-econômicos e ambientais, demandando estudos e levantamentos e de diversos níveis de discussão para uma definição precisa de alternativas de ecodesenvolvimento. Outro aspecto importante é a necessidade de implementação de projetos-piloto como apoio a medidas de caráter pedagógico e exemplificativo, quer de formação e capacitação, quer de educação ambiental.

A proposta contempla ações multi-setoriais, visando integrar as ações governamentais nos diversos níveis - onde se deverá buscar a descentralização - e a criação de uma estrutura capaz de assumir pouco a pouco a responsabilidade pelo encaminhamento das ações.

Objetivos paralelos, como organização das estruturas municipais, co-responsabilidade pela fiscalização, envolvimento dos setores para compreensão da proposta e conscientização acerca de seu significado e potencialidades, reforço e valorização da identidade regional, capacitação técnica e a inclusão da variável ambiental nas decisões estão, entre outros, compreendidos nos programas e projetos propostos a curto e médio prazos.

2 - Proposta: Plano de Gestão

Com o objetivo de elaborar as bases do plano emergencial para a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, para os próximos dois anos, foi realizada uma Oficina de Planejamento, segundo a metodologia ZOPP, que significa "Projetos Orientados por Objetivos", de 22 a 26 de abril de 1996, na Fazenda Intervalles, uma Unidade de Conservação localizada na macro-região.

Como **objetivo geral** desse Plano emergencial colocou-se "**garantir a proteção integral da APA associada à promoção do desenvolvimento sustentável da área**", o que deverá ser buscado através de:

- priorização das ações a serem adotadas de acordo com as necessidades locais, e
- orientação das atividades necessárias de forma a garantir um desenvolvimento sustentável da região respeitando a cultura local, historicamente construída e a conservação dos recursos naturais e das belezas cênicas.

Como **objetivos específicos** foram enumerados 15 enfoques, resultantes da ampliação do escopo pelos participantes com relação ao número preliminarmente proposto, resultando: piscicultura, agricultura e silvicultura, pesca, uso da terra, educação ambiental, pesquisa, ecoturismo, infra-estrutura, preservação, manejo, legislação ambiental, educação formal, pecuária, pequenos animais e extrativismo.

Reagrupados os enfoques e definidos os **objetivos de desenvolvimento específicos**, tivemos:

- “- promover o ecoturismo;
- promover a educação ambiental;
- promover a conservação dos recursos naturais, culturais e dos ecossistemas;
- desenvolver modelos para o desenvolvimento sustentável;
- apoiar a questão sanitária;
- promover a fiscalização;
- estabelecer as bases para a criação do grupo gestor e dos instrumentos de gestão.”

As atividades passaram pela identificação dos objetivos de desenvolvimento por enfoque e das linhas de ação respectivas, considerando-se a ótica do desenvolvimento sustentável, o caráter específico de ser uma APA, onde a conservação dos recursos naturais e culturais da população local devem ser condicionantes e um horizonte o mais realista e factível possível.

O tipo de ação a ser desenvolvida e a prioridade a lhe ser dada dependerá, por sua vez, das potencialidades e interesses reinantes, as quais, ainda que subjetivamente, nos dá um certo grau da factibilidade e êxito das propostas.

Como **objetivo superior**, temos “ **proteção dos ecossistemas e da biodiversidade e da cultura tradicional caiçara, harmonicamente com o fomento ao manejo sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida.**”

E baseados nos enfoques, foram elencados os **objetivos de desenvolvimento sustentável**:

“- **Ecoturismo** implantado na APA com a valorização das belezas e riquezas cênicas, culturais e naturais;

- População local e flutuante informadas e sensibilizadas sobre a conservação da natureza e das culturas regionais através da **educação ambiental**;

- **Conservação da biodiversidade** na APA garantida através de mecanismos de identificação e proteção dos recursos naturais e culturais;

- Incentivadas as **práticas agrossilvícolas, a pesca e a aqüicultura** visando a viabilidade sócio-econômica e a proteção dos recursos naturais das comunidades da APA e entorno através do **manejo sustentável**.

- Ações de **saneamento** para a melhoria da qualidade de vida desenvolvidas.

- A APA Cananéia-Iguape-Peruíbe é gerida com apoio de um **colegiado** (IBAMA, ESP, PMs e Sociedade Civil) com **mecanismos participativos** e a **interação** entre as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais de São Paulo e Paraná.”

Alguns dos **resultados** esperados constituem praticamente projetos a serem desenvolvidos, como verificamos abaixo:

OBJETIVO Nº 1:

Ecoturismo implantado na APA com valorização das belezas e riquezas cênicas, culturais e naturais.

Obj 1.1. Potencialidades de paisagens e ambientes naturais pesquisadas e diagnosticadas

R: Desenvolver as ações e medidas para elaborar diagnóstico das potencialidades para o ecoturismo

Obj 1.2. Projeto de formação de R.H. em ecoturismo incentivados e implantados

R: Contratar e ministrar cursos de treinamento de monitores de agentes de turismo

Obj 1.3. Investimento na estrutura de ecoturismo incentivado através de parcerias

R: Articular órgãos de turismo e entidades financiadoras para prover investimentos em ecoturismo

OBJETIVO Nº 2:

População local e flutuante informadas e sensibilizadas sobre a conservação da natureza e das culturas regionais através da **educação ambiental**

Obj 2.1. R.H.s formados e atuando na conservação da natureza e das culturas regionais

R1: Capacitar RH dos sistemas público e privados de ensino em educação ambiental na região

R2: Realizar cursos a respeito da conservação da natureza e da cultura local

R3: Realizar seminários e encontros articulando trabalhos na área de educação ambiental na região da APA

Obj 2.2. Prefeituras e órgãos de gestão articulados e voltados para um sistema integrado de comunicação

R1: Articulação das escolas rurais em torno de um sistema de comunicação voltada para a realidade regional e local

R2: Montar programa com rádio voltado para uma comunicação em que se explicitam os conceitos sócio-ambientais e culturais da região e a universalidade dos mesmos

Obj 2.3. Patrimônio histórico e cultural da APA resgatado

R1: Organizar eventos a respeito do patrimônio natural e cultural da APA

R2: Incentivar a organização de grupos nos diferentes municípios interessados no patrimônio natural e cultural da região

Obj 2.4. Projetos de educação ambiental implantados nas escolas e postinhos rurais da APA e entorno

R1: Reorganizar e ativar projetos integrados de saúde e educação nas escolas públicas

Obj 2.5. Projetos de educação ambiental implantados nos sistemas público e privado de ensino

R1: Organizar programas educativos com a mídia (TV) a respeito da realidade de vida e trabalho dos alunos das escolas públicas e privadas da região da APA

OBJETIVO Nº 3:

Conservação da biodiversidade na APA garantida através de mecanismos de identificação e proteção dos recursos naturais e culturais

Obj 3.1. Atividades de conservação da biodiversidade desenvolvidas na APA e seu entorno

R1: Mantida a biodiversidade a ser explorada sem riscos de prejuízos ambientais na APA e seu entorno

Obj 3.2. Atividades sócio-econômicas e culturais identificadas dentro da unidade e seu entorno, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais

R1: Implantada a pesquisa de novos modelos de desenvolvimento sustentável na APA e seu entorno

R2: Mantidas as atividades sócio-econômicas não prejudiciais aos ecossistemas da APA e seu entorno

Obj 3.3. Diretrizes definidas para pesquisas voltadas para a biodiversidade na APA e seu entorno

R1: Definidas as linhas de pesquisa a serem adotadas para conservar a biodiversidade da APA e seu entorno

R2: Aumentada a conscientização da população, iniciativa privada e governos, com investimento em pesquisas, recursos humanos capacitados e divulgação

OBJETIVO Nº 4:

Incentivadas as **práticas agrossilvícolas, pesca e aquicultura** visando a viabilidade sócio-econômica e proteção dos recursos naturais das comunidades da APA e entorno através do **manejo sustentável**

Obj 4.1. Implantadas/ apoiadas técnicas de manejo de aquicultura e apoio aos pescadores de pequeno porte

R1: Viabilizadas ações de apoio técnico aos pescadores de pequeno porte

R2: Apoiadas/ pesquisadas e implantadas técnicas de piscicultura aos produtores com viveiros

R3: Apoiadas e pesquisadas técnicas de mitilicultura, ostreicultura e carcinicultura adequadas

Obj 4.2. Incentivadas/ apoiadas técnicas de manejo de espécies nativas economicamente viáveis da região

R1: Incentivado e apoiado o manejo sustentado do palmito Juçara (*Euterpe edulis*)

R2: Incentivado e apoiado o uso e cultivo de plantas medicinais nativas

R3: Pesquisado e incentivado o cultivo de plantas ornamentais

R4: Incentivado o manejo sustentado do jacatirão

Obj 4.3. Implantadas opções agrossilvícolas em áreas manejadas extensivamente

R1: Incentivado, pesquisado e apoiado o cultivo de espécies de pupunha (*Bactris gossypae*) em áreas degradadas ou manejadas extensivamente

R2: Incentivado, pesquisado e apoiado o cultivo de espécies tropicais adaptadas à região

R3: Incentivadas, pesquisadas e apoiadas práticas de agricultura alternativa

Obj 4.4. Implantadas/ apoiadas tecnologias alternativas adaptadas à região

R1: Incentivadas e apoiadas tecnologias de melhoria de qualidade de vida do produtor rural

Obj 4.5. Incentivadas/ apoiadas técnicas de criação de pequenos animais

R1: Incentivadas, pesquisadas e apoiadas técnicas de criação de pequenos animais

R2: Incentivadas, pesquisadas e apoiadas técnicas de apicultura

R3: Incentivados, pesquisados e apoiados o manejo racional de animais silvestres

Obj 4.6. Implantadas novas tecnologias para pecuária menos impactantes

R1: Implantadas e pesquisadas novas tecnologias menos impactantes da pecuária estabelecida na região

Obj 4.7. Lavouras caiçaras regularizadas e aprimoradas

R1: População caiçara praticante da agricultura itinerante cadastrada

R2: Áreas e regras de uso da mata autorizadas e definidas

R3: Experimentos agro-florestais implantados

Obj 4.8. Modelos de manejo sustentado (agro-florestais, coletores e pesqueiros) criados e experimentados

R1: Incentivados modelos de manejo sustentado

OBJETIVO Nº 5:

Ações de **saneamento** para a melhoria de qualidade de vida desenvolvida

Obj 5.1. Implantação de projetos alternativos de saneamento rural apoiados e incentivados

R1: Treinar agentes de saúde e educadores para informar a população rural da importância do saneamento básico

R2: Incentivar e implantar sistema de saneamento básico através de fossas sépticas e poços protegendo o lençol freático e as fontes

Obj 5.2. SABESP, CETESB e Prefeituras articuladas para a implantação do saneamento urbano

R1: Articular os órgãos responsáveis pelo saneamento para a implantação de esgotos e tratamento de resíduos sólidos e líquidos

OBJETIVO Nº 6:

Fiscalização participativa e para manutenção da biodiversidade e autosustentabilidade

Obj 6.1. Órgãos fiscalizadores orientados para atuarem de forma educativa junto à comunidade, e de forma penalizadora quando necessário

R1: Retomada da credibilidade dos órgãos de fiscalização, através de uma atuação orientadora e efetiva

Obj 6.2. População local e flutuante orientadas e conscientizadas sobre a conservação dos ecossistemas

R1: Programa de educação ambiental incentivado e apoiado na APA e seu entorno

R2: Incentivada a participação da população na fiscalização da APA e seu entorno

Obj 6.3. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável mantidas através da orientação, controle e fiscalização

R1: Ecossistemas conservados através do desenvolvimento sustentável e da exploração controlada dos recursos naturais

OBJETIVO Nº 7:

APA Cananéia-Iguape-Peruíbe **gerida** com apoio de um **colegiado** (IBAMA, Est. de São Paulo, Prefeituras Municipais, Sociedade Civil) com **mecanismos participativos e interação** entre as UCs federais, estaduais e municipais - São Paulo e Paraná

Obj 7.1. Conselho de gestão deliberativo estruturado e funcionando representativamente

R1: Diretrizes de gestão da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe definidas

R2: Definida composição e mecanismos de participação e funcionamento do conselho de gestão deliberativo da APA CIP

R3: População, órgãos federais, estaduais, municipais e entidades representativas da sociedade civil organizados

Obj 7.2. Área da APA CIP monitorada sócio-ambientalmente (Relatórios de Qualidade do Meio Ambiente)

R1: Relatórios de qualidade do meio ambiente elaborados e publicados (RQMA)

Obj 7.3. Administração geral do projeto (planejamento, monitoramento, etc) realizada

R1: Planejados os meios e fases para execução do projeto

R2: Organizados os meios humanos e materiais para o projeto

R3: Dirigidos e orientados todos os canais de execução e realização do projeto

R4: Mecanismos de controle definidos

O conteúdo dos trabalhos foi avaliado pela moderação como “excelente [...] bastante realista e prático demonstrando com isso o aproveitamento do grupo.”

Ficou clara a disponibilidade quanto ao estabelecimento de parcerias com outras instituições presentes para viabilização de algumas das propostas.

O relatório sugere a definição de “**Coordenadores por resultado em cada município** ou outra unidade que se quiser, para facilitar o trabalho de monitoria a nível regional. A formação do comitê de gestão poderá, por outro lado, realizar esse tipo de tarefa ou designar os coordenadores por resultado [...] diretamente submetidos ao comitê de gestão”, o que caberá ser providenciado na elaboração do plano operacional. “O comitê de gestão poderia ter **caráter de um Conselho de Integração** a nível regional.”

Outra sugestão é a elaboração de um **Manual de Procedimentos de Cooperação** entre os diversos envolvidos no projeto, o que facilitaria a linguagem comum, o seguimento de normas e a comunicação inter e intra-institucional.

E, finalmente, de que os colaboradores e executores do projeto sejam efetivamente **treinados em técnicas e métodos de planejamento** para compreenderem melhor o ciclo de gerenciamento de um projeto, suas necessidades e etapas.

Os participantes da 1ª Oficina são apresentados no quadro abaixo, com a moderação da Dra. Walkyria Moraes:

Ana Maria Resbedim	PROTER-REBRF	R.Sinhô, 21 CEP 11920-000 Iguape SP; Tel: (013)841-1319
Ari Correa daCosta	Rotary-ACIGUAPE-SIA Rural	R.Tiradentes, 182 Tel (013) 841-1350
Claudinei Alberto Marini	Colônia de Pesca Z-7	Pça. Marcondes Salgado, 41 Tel.(013)841-1011 Iguape-SP
Cláudio Carrera Maretti	Fundação Florestal (vinc.à SMA)Diretoria de Operações (planejamento, gestão e extensão ambiental)	Av. do Horto, 931 CEP 02377-000 São Paulo-SP Tel (011) 953-5331 R261 Fax(011) 953-5331 R242
Elson Tuzino	Eco-agricultor de espécies nativas	R.2, nº342- Bairro Sta. Rita do Ribeira; CEP 11850-000/ BR-116 Km 369; Tel (013)846-6178 Miracatu-SP;
Ewald Krüger	Eng. Civil/ Pref. Miracatu	Pça da Bandeira, 10 - Centro CEP 11850-000 Miracatu-SP Tel.(013) 847-1811
Hiroyuki Nemoto	IBAMA/DICOE/DEVIS/DIREC	SAIN L4 Norte CEP 70000-000 Brasília -DF; tel (061)316-1173/316-1175
Joaquim do Marco Neto	EEJI/IF/SMA	Estr. do Guaraú, 4164 CP 159 CEP 11750-000 Peruíbe-SP; Tel 457-9243
Jocemar Tomasino Mendonça	Inst. de Pesca	Av. Prof. Besnard s/nºCP 6 CEP 11990-000 Cananéia
José Antonio de Jesus Baptista	Dir. Adm. da Pref. Municipal de Ilha Comprida	Av. Beira Mar, 14300 CEP 11925-000/Ilha Comprida-SP;tel (013) 842-1011
Luiz Antonio Xavier Davies	Gerente da APA Cananéia-Iguape-Peruibe- IBAMA/SP	R.XV de Novembro, 330-Centro-CEP 11925-000/Iguape-SP Tel.(013) 841-2388
Luiza Alonso da Silva	SMA/ CPLA Ass. Educação Ambiental	Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345-prédio 6; São Paulo-SP Tel. 210-5478
Manuel Fernando de O. Lisboa	Ass. Amigos do Bairro de Pedrinhas	Ilha Comprida/ SP
Marcus Vinicius Munhoz de Vasconcelos	Engenheiro Agrônomo - Piscicultura	Juquiá/ SP
Marilia Britto Rodrigues Moraes	SMA/ CPLA- coord. do projeto de regulam. da APA CIP	São Paulo/ SP
Martinus Filet	SMA/ CPLA- coord. do Prog.Est.	São Paulo/ SP

Moacir Bueno de Arruda	de Gerenciamento Costeiro IBAMA- Chefe de Div. de Brasília/ DF Conserv. Ecosist./ DIREC
Ranulfo Paiva Sobrinho	Prefeitura Municipal de Cananéia/ SP Cananéia
Renato de F. Vianna	Engenheiro Agrônomo- Sec. Peruíbe/ SP Agric. e Abast. (SAA)/ CATI
Rosa R. de Oliveira	Un. Mun. de Saúde/ Pref. Mun. Pedro de Toledo/ SP de Pedro de Toledo
Roseli Alleman	Prefeitura Municipal de Iguape Iguape/ SP
Shenia Liane Pimenta	DIR 17 (Secr. de Saúde do Registro/ SP Estado de SP)

3 - Proposta: Grupo Gestor

A segunda fase da Oficina para o Plano de Gestão da APA Cananéia-Iguape Peruíbe deu-se nos dias 3 e 4 de junho, em Cananéia, para definir o Grupo Gestor e as Ações Prioritárias a serem desenvolvidas.

Com uma média de 25 participantes, teve, como esperada, maior flutuação de presença. Não estiveram presentes alguns representantes que trabalharam no primeiro ciclo, além de um maior afluxo de representantes de Iguape, sobretudo ONGs.

Tendo por base o documento referente à oficina anterior, foram expostos alguns dos painéis a título de resgate do processo.

Esta oficina tinha por **objetivo geral** :

- elaborar uma proposta de composição do comitê gestor
- definir algumas ações prioritárias para a fase imediata que antecede ao início da implementação das ações do projeto

Sobre o primeiro item, foram organizados três grupos de trabalho cujas propostas não diferiam significativamente, apontando diferenças principalmente quanto à representatividade das comunidades envolvidas.

A proposta consolidada estabeleceu que tal **organização da comunidade se dará a partir de grupos temáticos, listados abaixo:**

- pesca
- manejo agro-florestal sustentado
- desenvolvimento social
- ecoturismo
- aqüicultura

- agricultura tradicional

Cada grupo temático, definido como Sub-Comitê, elegerá um representante que irá compor o **Comitê Gestor**, juntamente, e em número paritário com:

- 1 representante do IBAMA

- 1 representante da SMA

- 1 representante da UVEVAR (União dos Vereadores do Vale do Ribeira)

- 1 representante do CODIVAR (Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira)

- 1 representante do Ministério Público

- 1 representante do CONDEMA (quando existente)

- 1 representante do Conselho Técnico

Este último será composto por Universidades, Institutos de Pesquisa, Secretarias de Estado e ONGs, para trabalhar junto a cada Grupo Temático, com a função de orientar e assessorar as comunidades, identificar problemas emergentes e articular as ações entre esses e outros setores da sociedade.

Questões fundamentais sobre as atribuições de cada um desses níveis do Grupo Gestor deverão ser consideradas após a formação do mesmo e definidas as responsabilidades:

- articulação nos diversos níveis

- gerenciamento financeiro

- divulgação do projeto

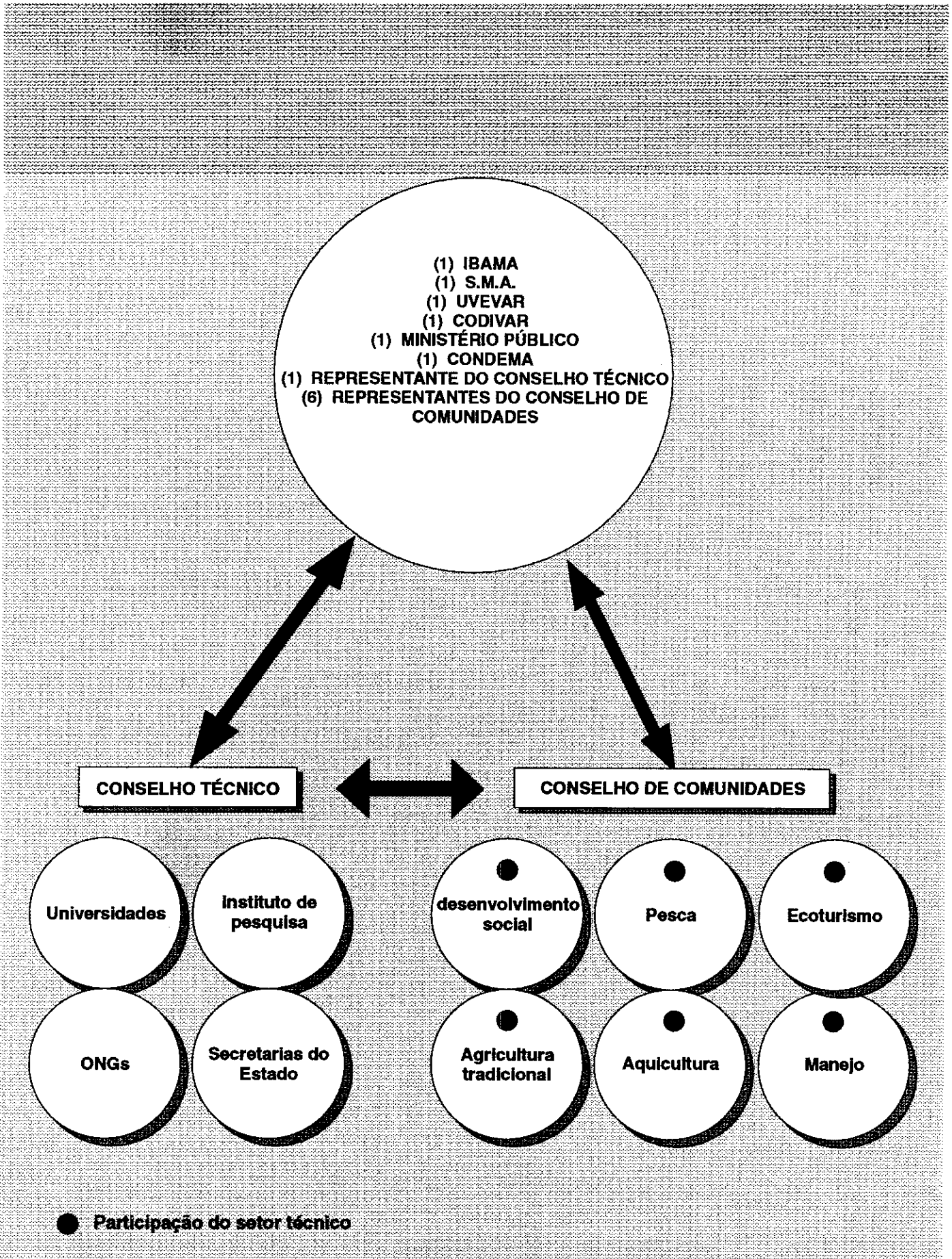
- transferência de informações geradas ao longo do projeto

Foi discutido e acordado que os representantes junto ao grupo gestor das diversas comunidades agrupadas segundo áreas temáticas não poderão ser jamais um técnico ou uma ONG, sendo que está prevista sua participação como assessoria a apoio a esses sub-comitês. Os técnicos e as ONGs têm o Conselho Técnico como fórum, de onde serão eleitos seus representantes junto ao Comitê Gestor.

Ficou também estabelecido que o Grupo Gestor terá caráter deliberativo. A proposta será necessariamente avaliada e aperfeiçoada. Daí a montagem, inicialmente, de um Comitê Gestor Provisório.

COMITÊ GESTOR

29



4 - Proposta: Ações Imediatas Priorizadas

Também o planejamento das ações prioritárias a serem desenvolvidas de imediato para encaminhamento do processo de planejamento e de implementação das futuras ações da regulamentação foi executado de forma participativa, através da divisão dos participantes em grupos, que apresentaram suas propostas. Da discussão delas, optou-se por dividirem-se ações prioritárias pré-projeto e ações prioritárias do projeto.

Como **ações prioritárias pré-projeto**:

- organização do grupo articulador
- mobilização dos grupos comunitários por tema, captação de informações e divulgação do projeto
- constituição do grupo gestor e definição de suas atribuições e responsabilidades
- definição das ações prioritárias do projeto (sub-projetos por tema)

Quanto às **ações prioritárias do projeto**, estas dependerão da apreciação de toda a comunidade envolvida ou de seus legítimos representantes, com base nos sub-projetos elencados como prioritários, para que sejam referendados ou modificados, além de compatibilizadas com a matriz de objetivos da oficina anterior.

Esta iniciativa justifica-se pela representatividade restrita deste fórum, que apresenta alterações com relação ao primeiro, e pela necessidade de se considerar o Cadastramento de Agentes Intervenientes feito no processo desta regulamentação.

“Lembrando que um projeto e seu gerenciamento faz parte de um processo como um todo e não se configurando, portanto, como um evento ou uma ação pontual e isolada, é natural que durante esse processo haja mudanças na conjuntura global, que acabam por levar à necessidade de ajustes dos planos iniciais. Em decorrência deste fator, é provável que as prioridades estabelecidas nesta oficina possam vir até a mudar quando da implementação do projeto. Daí a necessidade de se recorrer novamente à opinião das comunidades interessadas sobre as prioridades a serem atendidas”, aponta a consultora/ moderadora.

Concluindo seu relatório, coloca que “é importante que todos tenham consciência sobre a importância da participação plena e do efeito de esforços para a consecução dos objetivos”. Ou seja, espera-se a participação na forma de trabalho efetivo, além de fiscalização e controle por parte da comunidade, que assumirá também responsabilidades no processo, como foi frisado nos debates.

A seguir são apresentadas as **ações prioritárias consensuadas**, tendo sido estabelecidos prazos desejáveis:

- **Bloco 1:**

- organizar o conselho técnico (articuladores)

resp: coordenação do projeto + participantes do seminário
prazo: final de junho/ início de julho

- **Bloco 2:**

- ação articulada dos grupos setoriais com indicação de projeto

- mobilização das comunidades envolvidas
- estabelecer interlocutores através dos agentes intervenientes, já (por objetivos)

resp: corpo técnico
prazo: final de agosto

- **Bloco 3:**

- montagem do comitê gestor (com troca de representantes, UVEVAR e CODIVAR até 31/12/96)

- estabelecer o comitê gestor e elaborar o regimento interno

resp: corpo técnico + comunidade (grupos setoriais)
prazo: até 15 de setembro

- **Bloco 4:**

- definição dos projetos

resp: comitê gestor
prazo: até 30 de setembro

Abaixo, a lista de participantes desse segundo seminário:

NOME	INSTITUIÇÃO/CARGO	ENDEREÇO
Ana Aparecida Rebeschini	PROTER/REBRAF Assistente Social	R. Sinhô Rollo, 21 Iguape-SP Tel. (013) 841-1319
Antonio Adão Paiva	Agente Ambiental Pref. Municipal de Cananéia	Av. Beira Mar, 208 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1481
Antonio Marcio Ragni C. Leite	Prefeitura Municipal de Iha Comprida Prefeito	Av. Copacabana, 825 Iha Comprida-SP Tel. (013) 842-1011/842-1141
Antonio Schumacker Cordeiro (Tonhão)	UAI-União das Associações Iguapenses Presidente	Largo da Basílica, 114 Cx. Postal, 112 Tel/Fax. (013) 841-1319
Armin Deitenbach	Rede Brasileira Agroflorestal-REBRAF Projeto PROTER_REBRAF	Cx. Postal 112 Iguape-SP Tel/Fax. (013) 841-1319
Arnaldo Junior	UVEVAR Presidente-Vereador	R. Tiradentes, 52-s/4 Cx. Postal 09 Iguape-SP Tel/Fax. (013) 841-2108
Devancyr A. Romão	SAA/ IEA Pesquisador Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira	R. Costa Carvalho, 93 - casa 1 São Paulo-SP Tel. (011) 813-8876
Djalma Vieira da Silva	Associação Capoava do Momuna Diretor de Patrimônio	Sítio União Vieira Capoava do Momuna Iguape-SP

Elisabete C. G. Buschel	SMA/CPLA/DPL Geógrafa	R. Prof. Frederico Hermann Jr.,345 São Paulo-SP Tel. (011) 3030-6638
Elson Tuzino	Projeto Ecológico "Euterpes" Produtor	Rua 2, nº 342 Bairro Santa Rita do Ribeira Miracatú-SP Tel. (013) 846-6178
Gisele Martensen da Silva	EEPSG Prof. Ottoniel Junqueira Professora	Av. Pe. Leonareddo Nunes, 804 Peruíbe-SP Tel. (013) 455-1729
Hiroyuki Nemoto	IBAMA/DICE/DIREC Engº Civil	SAIN, Quadra 04, lote 04 Tel. (061) 226-6371 Fax. (061) 316-1174
Ibison de Oliveira Joaquim do Marco Neto	Agricultor SMA/Instituto Florestal Est.Ec.Juréia-Itatins	Bairro Rio das Minas Estr. do Guaraú, 4164 Cx.Postal 159 Tel. (013) 457-9243
Jocemar Tomasino Mendonça	Inst. de Pesca Pesquisador Científico	Av. Prof. Besnard, s/nº Cx. Postal 61 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1555
José Antonio de Jesus Baptista	Pref.Munic. de Ilha Comprida Dir.Administração	Av. Beira-Mar, 14.300 IlhaComprida-SP Tel. (013) 842-1011
José Carlos Cubas	Colônia de Pescadores Z-9 Presidente	R. Apolinário de Araújo, 85 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1653
José Peixe Amarante	UAI-União das Associações Iguapenses Vice-Presidente	Bairro Despraiado Iguape-SP Tel/Fax. (013) 841-1319
Josilê Sepe	UNICAMP-Dep. Política e Adm. de Rec. Minerais Mestranda	R. Joaquim Antonio, 250 Campinas - SP Tel. (019) 239-0214
Luiz Antonio Xavier Davies	IBAMA Chefe da APA Cananéia, Iguape, Peruíbe	Rua XV de Novembro, 330 Iguape-SP Tel. (013) 841-2388
Luiza Alonso da Silva	SMA/CPLA/DPL Assessora em Educação Ambiental	R. Pereira Barreto, 312 Campinas-SP Tel. (019) 254-3560
Marcelo de Lucca Figueiredo	Téc. computação Autônomo	Av. D. Pedro I, 540 - Ipiranga São Paulo-SP Tel. (011) 63-1828
Maria O. Paiva	Prefeitura Municipal de Cananéia Prefeita	Av. Beira-Mar, 287 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1477
Marília Brito R. de Moraes	SMA / CPLA / DPL Coordenadora do Projeto APA - CIP	Av. Prof. Frederico Hermann Jr. ,345 São Paulo - SP Tel. (011) 3030-6638
Martinus Filet	SMA/CPLA/DPL Diretor de Divisão	Av. Prof. Frederico Hermann Jr.,345 São Paulo-SP Tel. (011) 3030-6629 / 3030-6638
Moacir Bueno Arruda	IBAMA/DICOE/DIREC Chefe de Divisão	Sain L 4N Brasília-DF Tel.(061) 226-6371
Rafael Reséndiz Sánchez	Prefeitura Municipal de Ilha	Av. Copacabana, 825

Hidalgo	Comprida Meio Ambiente	Ilha Comprida-SP Tel. (013) 842-1011/842-1141
Renato de Freitas Vianna Neto	SAA/ CATI Delegado Agrícola de Santos	Av. Bartolomeu de Gusmão, 192 Santos-SP Tel.(0132) 238-9830/238-8826 Fax. (0132) 238-9248
Rinaldo A. C. Campanhã	SMA/Instituto Florestal Diretor	Av. Prof. Besnard s/nº Cananéia-SP (013) 851-1108
Roberto de Medeiros Zini	Associação Comercial de Cananéia Representante	Av. Municipal, 65 Cananéia-SP Tel. (013) 851-1317
Roque Santaguida Neto	APIVALE-Assoc. Apícola do Vale do Ribeira Tesoureiro	Rodovia Casimiro Teixeira, Km.12 Iguape-SP
Rosa Risterich Oliveira	U.M.S. Pedro de Toledo Enfermeira	R. Cel. Raimundo Vasconcelos, 365 Tel. (013) 419-1376
Rubens de Oliveira	Agricultor	Bairro Rio das Minas
Sergio Vassimon	Fundação Florestal Assessor	R. do Horto, 931 São Paulo-SP Tel. (011) 953-5331 r. 212
Shenia Liane Pimenta	Enfermeira	R. Pariquera-açú, 41 Registro-SP Tel. (013) 821-2533
Walkyria Moraes	Consultora	R. Sampaio Viana, 391 - ap. 31 São Paulo-SP Te/Fax. (011) 885-2509

5 - CONCLUSÕES

A implementação de um Plano de Gestão requer investimentos de vulto, considerando-se o contexto analisado, envolvendo demandas que se vêm acumulando há tempos. Há necessidade de recursos financeiros mesmo para as atividades requeridas para o detalhamento e operacionalização desta proposta inicial, para o que se conta com a continuidade desta linha de financiamento, sendo clara, entretanto, a necessidade de concentrar investimentos na Região, advindos de diversas fontes.

Todos os princípios de planejamento e gestão participativos, assim como os produtos das consultas realizadas, apontam para a conveniência de se estabelecer uma estrutura que garanta a inclusão dos municípios, dos demais órgãos governamentais atuantes na Região e da sociedade civil, para deliberação, acompanhamento e divisão de responsabilidades.

Assim é que está sendo proposto um Conselho capaz de atender aos desígnios da população em nível mais amplo, de caráter consultivo, constituído futuramente a partir das Unidades de Gestão, e outro em nível mais específico, de caráter também deliberativo.

É de se notar a multiplicidade de atores e interesses envolvidos no contexto até então aqui analisado, através dos temas principais abordados, do Cadastramento de Agentes Intervenientes e dos seminários e reuniões realizadas.

A dificuldade reside na articulação entre os diversos atores envolvidos, dado o número de membros e a concentração de papéis, muitas vezes observando-se superposição de diferentes atribuições exercidas pelos mesmos indivíduos. O Grupo Gestor, como está proposto, deverá racionalizar tal articulação, através do Conselho Técnico.

Também a agenda de reuniões consultivas e deliberativas deverá ser estabelecida em função da adequação aos objetivos pretendidos e à disponibilidade dos envolvidos, de maneira a atender ao cronograma estabelecido. Daí a necessidade de consenso e de que sejam assumidas de fato as responsabilidades.

Como atividades subsequentes a esta proposta de Regulamentação, propõe-se:

I. Estabelecimento do Processo Participativo no Planejamento e Gestão, com procedimentos de caráter informativo, formativo e recolhimento de subsídios do conhecimento popular.

II. Diagnóstico Sócio- Ambiental das Unidades de Gestão, segundo suas especificidades e metas a serem buscadas no âmbito do Plano, de forma objetiva e dirigida aos aspectos fundamentais.

III. Estabelecimento de Metas, considerando a estrutura gerencial para as Unidades estabelecidas e programas/ projetos a curto, médio e longo prazos.

IV. Captação de Recursos Financeiros, investigando interessados e fontes existentes nos setores público e privado, de âmbito nacional e internacional, e possíveis parcerias.

V. Sistema de Monitoramento de Desempenho dos programas/ projetos propostos, com avaliação, re-direcionamento e complementação do Plano iniciado, através de novas parcerias, governamentais ou não.

VI. Estabelecimento de Parâmetros e Avaliação dos Perímetros Propostos no ZEE/ Unidades de Gestão, através dos dados levantados nos projetos-piloto, diagnóstico sócio-ambiental e condicionantes municipais, estaduais e federais, assim como da APA com um todo.

Como próximas providências, destacamos:

1. Discussão da Proposta com o CONSEMA

Esta proposta deverá ser objeto de discussão com o Conselho Estadual do Meio Ambiente, contribuindo quer para os diversos enfoques, quer no escopo geral.

2. Estabelecimento da estrutura gestora:

Formação do Comitê Gestor, dos Sub-Comitês, Conselho Técnico e elaboração de regimento interno.

3. Programas e projetos prioritários:

Deverão ser iniciados alguns programas com projetos exemplares, utilizando-se dos recursos disponíveis oferecidos pelo PNMA. Tais projetos são fundamentais para o desencadeamento do processo efetivo na região, subsidiando, ainda, a avaliação e novas proposições. Os campos contemplados dizem respeito a Ecoturismo, Educação Ambiental,

Capacitação e Manejo Sustentado, selecionados dentre os enfoques elencados no 1º seminário, de acordo com os objetivos do Programa Nacional de Meio Ambiente.

Em que pese o enfoque de um plano emergencial para os próximos dois anos, não se pode perder de vista a diretriz de desenvolvimento sustentável, permitindo uma conservação duradoura da biodiversidade. Daí o caminho utilizado de se inserir tais ações emergenciais num âmbito mais global.

Deve-se, portanto, constituir um conjunto mais abrangente de programas/ projetos, metas institucionais e sociais, sistematizando os aspectos aqui levantados, até mesmo para possibilitar a busca por recursos em outras linhas de financiamento e/ou crédito, ou integrando-os com demais propostas destinadas à região.

4. Zoneamento Ecológico-Econômico:

O estabelecimento de um zoneamento requer medidas preliminares para uma implantação efetiva e êxito de seus objetivos, consubstanciados no cenário pretendido, qualitativamente diverso do tendencial.

Ainda que parciais, iniciativas do gênero tiveram algum sucesso, de cuja parcela nos referenciamos para propor o presente encaminhamento, com o que buscamos aumentar as possibilidades de sucesso da aplicação do instrumento. Participação da população, dados atualizados e suficientes e compatibilização com demais ações em curso são peças fundamentais.

Estima-se que a conjugação de esforços no sentido de se obter tais elementos vá progressivamente subsidiar o refinamento da proposta inicial de delimitação e abrangência das Unidades de Gestão, estabelecidas em função de algumas metas e por uma parcela reduzida de proponentes.

Assim é que o desenvolvimento paralelo do Plano de Gestão e do ZEE resultará num processo interagente, em que um se rebaterá no outro.

As diretrizes apontadas mais à frente foram propostas levando tais pontos em consideração.

É também fundamental que não seja interrompido o processo, para não dar margens a especulações e jogos de interesses, procurando-se o máximo de clareza no diálogo entre os envolvidos básicos: governo e sociedade.

5. Integração da proposta de Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe com as demais ações governamentais:

Há a necessidade de se ter para a região um Plano capaz de integrar os diversos enfoques de interesses, visto estarem interligadas causas e efeitos, de forma sistêmica.

Como pudemos observar quando da caracterização do contexto em que se insere a APA, há uma série de programas e projetos correlatos em andamento, assim como existirão questões a serem abordadas preventivamente.

Alguns deles requerem meramente ajuste institucional, ou debate, via à solução.

DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES

Dadas as restrições inerentes a um Plano de Ação Emergencial, colocamos, a título de diretrizes, ações avaliadas como inicialmente necessárias. Não seguem uma ordem de prioridade, devendo ser encaminhadas de acordo com disponibilidades e interesses. Algumas delas podem e devem inclusive ter início imediato:

- **Capacitação e Formação:** atuar junto aos novos eleitos na esfera municipal, buscando estabelecer diálogo e parcerias, apoiando e contribuindo para o encaminhamento conjunto das questões locais e regionais. Noutra esfera, a da população, atuar pela constituição de quadros locais, quer para a administração pública, quer para atividades setoriais. Estas ações devem acompanhar aquelas ligadas às de educação.
- **Fiscalização, Licenciamento e Controle:** adotar procedimentos consensuados entre os órgãos governamentais e estabelecer a integração entre administrações municipais e comunidade nas atividades concernentes. Integração com o Comitê de Bacia.
- **Pesquisa:** envolver as Universidades atuantes na região ou em situações similares, promovendo parcerias para incremento no campo das pesquisas. Buscar cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais visando divulgar o conhecimento e acelerando a investigação e experimentação científicas no sentido do desenvolvimento sustentável. Incentivar pesquisas ligadas aos projetos propostos no bojo desta regulamentação.
- **Educação Ambiental:** buscar a integração entre educação ambiental e educação formal: alunos e professores. Incentivar atividades culturais que considerem o patrimônio ambiental, histórico e cultural existente. Dar prosseguimento aos projetos aqui propostos através do estabelecimento de parcerias.
- **Ecoturismo:** iniciar as ações aqui propostas constantes da Agenda de Ecoturismo, buscando a integração racional da administração da APA com o programa. Buscar recursos para as obras fundamentais e de vulto, notadamente a revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico. Apoiar os demais projetos constantes da Agenda.
- **Saneamento Ambiental:** continuidade das iniciativas como a do Bairro do Itapitangui, buscando alternativas para o saneamento ambiental rural, e acompanhamento da implementação do Pró-Saneamento.
- **Populações Tradicionais:** valorização da cultura e tradições caiçaras e da população indígena, estudando e desenvolvendo manifestações artísticas e artesanato, visando subsidiar e influenciar a produção, apoiando sua distribuição.
- **Pesca e Recursos Marinhos Costeiros:** administração pesqueira, com destaque para a pesca artesanal, utilizando-se do cadastramento de agentes intervenientes elaborado; parceria estreita com IBAMA e demais órgãos e envolvidos.
- **Fauna:** Centro de Triagem da Fauna, para acolher animais apreendidos, doados e resgatados na região, prevendo-se equipe e manutenção compatíveis. Definição das áreas de interesse para conservação da fauna, em escala regional, com medidas de proteção específicas. Estudos sobre impacto do manejo de espécies vegetais sobre a fauna, qualitativos e quantitativos.

- **Agricultura:** desenvolvimento de métodos e técnicas para aperfeiçoamento tanto do manejo caíçara quanto tradicional. Levantamento de dados para subsidiar o ZEE.
- **Aqüicultura:** estabelecimento de critérios e incentivos adequados à compatibilização da atividade no contexto regional.
- **Desenvolvimento Urbano:** desenvolver em conjunto com as Prefeituras e Câmaras Municipais instrumentos relativos ao controle do desenvolvimento urbano, incluindo Planos Diretores, Cadastros Técnicos, patrimônio histórico e cultural, regularização de loteamentos, infra-estrutura (saneamento e drenagem), equipamentos sociais e serviços para a população residente e adequados ao ecoturismo que se pretende desenvolver, resíduos sólidos (coleta seletiva, disposição adequada e reciclagem), orla, arborização, sistema viário e material de aterro.
- **Patrimônio Histórico e Arqueológico:** estabelecer convênio com o Instituto de Pré-História da USP para tratamento dos sítios arqueológicos. Ativar o estabelecimento de parcerias entre Prefeituras Municipais e CONDEPHAAT para devido cuidado com os bens arquitetônicos isolados (entre eles as Ruínas do Abarebebê), de conjuntos urbanos (projeto elaborado pela Agenda de Ecoturismo) e entendimentos estaduais quanto às áreas naturais. Buscar envolver a iniciativa privada. Subsidiar o detalhamento do ZEE.
- **Unidades de Conservação:** estabelecer ações conjuntas principalmente com EEJI, Parque Estadual do Jacupiranga e PE Ilha do Cardoso. Compatibilizar diretrizes com as demais unidades presentes no entorno: APA da Serra do Mar, Estação Ecológica Chauás, etc. Integrar com os respectivos planos de manejo para detalhamento do ZEE.
- **Material de Aterro/ Cascalho/Mineração:** continuidade das ações iniciadas nesta primeira fase quanto a definição de locais adequados e critérios. Busca de novas soluções para diminuir a demanda por material de aterro para ocupação de loteamentos. Consórcios intermunicipais para aporte de grandes quantidades e gerenciamento da atividade minerária.
- **Resíduos Sólidos:** continuidade e ampliação das ações iniciadas para soluções consorciadas entre municípios. Estimular e apoiar alternativas técnicas e tecnológicas para as diversas fases do processo, incentivando a coleta seletiva e a reciclagem.
- **Qualidade das Águas:** promover com a CETESB a ampliação de postos de coleta de amostras através de estudos conjuntos. Integração imediata da Gestão da APA com CBHRB & LS (Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul).
- **Convênio Interestadual São Paulo-Paraná:** participação e cooperação no termo em estabelecimento entre os dois Estados. No caso específico da APA de Guaraqueçaba, estabelecer diretrizes e metas conjuntas, em cooperação estreita. Proposição conjunta de programa e projetos.
- **Regularização Fundiária:** dar andamento conjunto entre ITESP e SMA prioritariamente aos casos situados em Unidades de Conservação e na área rural, visando o desenvolvimento de projetos aqui propostos.
- **Desenvolvimento Institucional Municipal:** contribuir para a organização e capacitação das administrações municipais, de modo a que possam assumir progressivamente responsabilidades quanto ao planejamento e gestão ambiental, apoiando-as tecnicamente, inclusive na solução de problemas financeiros. Incentivar a participação

das Prefeituras em iniciativas culturais e de lazer, como mobilizadoras para a consciência ambiental e cultural.

- **APA da Ilha Comprida:** dar continuidade aos pontos discutidos no início desta regulamentação, de apoio e colaboração para implementação da gestão desta APA estadual, em consonância com a federal.
- **Gestão integrada com o Programa de Gerenciamento Costeiro:** através do Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar, Macrozoneamento do Vale do Ribeira e gestão da Baixada Santista, uma vez que esta APA se interliga com os três setores costeiros.
- **Gestão Integrada com CBH-RB - Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul,** visando controle e monitoramento da qualidade das águas e recursos.
- **Gestão integrada com o IBAMA,** através da DIREC/ DICOE - BR e SUPES-SP, no sentido de implementar a descentralização, promover o desenvolvimento metodológico conceitual e prático. Especificamente no caso dos limites e texto do documento legal da APA, formar uma equipe para discussão, estabelecimento de critérios e proposta consensual.
- **Pesquisa Bibliográfica:** dar continuidade à pesquisa bibliográfica iniciada, buscando a utilização daquelas ligadas aos objetivos da APA e incentivando a realização de outras necessárias. O que se busca, num horizonte temporal médio, é o estabelecimento de um Centro de Referência de Dados localizado na região.
- **Avaliar, detalhar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA,** em conjunto com a sociedade através do Grupo Gestor, compatibilizando-o com as demais Unidades de Conservação, municípios e intervenções da sociedade civil.

Como **recomendações**, são apontadas algumas questões que dizem respeito basicamente à gestão institucional, a partir da caracterização da área e metas estabelecidas:

- Divulgação e atuação junto aos demais organismos governamentais, principalmente ligados à saúde, educação, transporte, infra-estrutura e abastecimento, não se restringindo a esses, contudo, buscando a conjugação de seus esforços. A via estabelecida pelo Comitê de Bacia mostra-se promissora, sem ser a única.
- Participação em fóruns de debates afins, para divulgação, ampliação de parcerias e troca de conhecimento e experiências.
- Atuar junto aos centros dos governos estadual e federal buscando apoio para implementação das propostas. Enquanto a questão for encarada como um “problema ambiental” dificilmente a qualidade de vida na região melhorará significativamente.
- Promover a integração com demais setores da SMA, através das coordenadorias e institutos, visando a consonância de conceitos, critérios de ação e otimização das iniciativas.
- Discussão e avaliação da legislação utilizada para fins de qualidade ambiental e de vida, atentando para sua multiplicidade, objetividade, capacidade de aplicação, área de abrangência x diferentes realidades e eficácia, entre outros aspectos.
- Buscar-se progressivamente a descentralização da gestão, através das demais instâncias governamentais e de organismos não governamentais, incentivando formas de organização da população local.

A seguir é apresentado o Quadro do Plano de Ação considerando aquelas avaliadas como imediatas e de fundo, levando-se em conta o contexto do momento: discussão e montagem

de projetos, discussões dos recursos financeiros, organização da administração e gerenciamento da APA (Montagem do Comitê Gestor Provisório).

Assim, trata-se de um quadro sumário, passível de complementação em função da urgências das diretrizes acima indicadas e sua exeqüibilidade.

Cabe ressaltar que com relação ao plano proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, diversas diretrizes constantes de seu plano são comuns e/ou complementares. A APA constitui, na verdade, uma sub-região da Bacia Hidrográfica, devendo ter seu planejamento integrado.

6 - QUADRO - PLANO DE AÇÃO PARA A APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUIBE

OBJETIVO: A APA CIP é gerida com apoio de um colegiado (IBAMA, ESP, PMs, Sociedade Civil) com mecanismos participativos e interação entre as UCs federais, estaduais e municipais - São Paulo e Paraná.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO COORD.: IBAMA/SMA	1. Organizar o Comitê Gestor Provisório 2. Integração com Comitê da Bacia Hidrográfica	Coordenação da APA: SMA e IBAMA CBH - RB	- Definida composição e mecanismos de participação e funcionamento do conselho de gestão participativo
	2. Ação articulada dos grupos setoriais com indicação de projeto com mobilização das comunidades envolvidas 3. Estabelecer interlocutores através dos agentes intervenientes (por objetivos)	Coordenação da APA: SMA e IBAMA	Comitê Gestor Provisório em funcionamento. Regimento Preliminar.
	4. Montagem do comitê gestor (com troca dos representantes da UVEVAR e CODIVAR até 31/12/96) 5. Estabelecer o comitê gestor e elaborar o regimento interno.	Comitê Gestor Provisório Coordenação da APA: SMA e IBAMA	Comitê Gestor definido com membros indicados por resolução conjunta
	6. Definição dos projetos prioritários; 7. Estabelecer o sistema de administração geral do plano (planejamento, monitoramento, etc) 8. Organizar meios humanos e materiais para execução; 9. Definir mecanismos de controle 10. Implantar o monitoramento sócio-ambiental (RQMA).	Comitê Gestor Provisório Conselho Técnico Gestor CBH-RB	- Projetos priorizados, detalhamento dos projetos e responsáveis executivos na comunidade - Monitoramento e avaliação do projeto em funcionamento - Gestão operacional da APA melhorada - Controle da qualidade ambiental

OBJETIVO: Conservação da Biodiversidade na APA garantida através de mecanismo de identificação e proteção dos recursos naturais.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO</p> <p>COORD.: COMITÊ GESTOR/SMA/IBAMA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer grupo de trabalho, com responsabilidades, metas e prazos. 2. Definir diretrizes para pesquisas voltadas para a biodiversidade da APA e seu entorno. 3. Identificar atividades sócio-econômicas e culturais apropriadas dentro da APA e entorno 4. Levantamento de dados específicos sobre distribuição da fauna (vertebrados) e mapeamento dos nichos ecológicos. 5. Montar Centro de Triagem Fauna. 	<p>Conselho Técnico Probio Conselho Nacional de Reserva da Biosfera / Consórcio Mata Atlântica Universidades ONGs IBAMA SMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Pesquisa estabelecido voltado para a biodiversidade da APA e entorno, com identificação dos vetores adversos. - Subsídios aos programas educativos e de conscientização da população, iniciativa privada e governos para novos investimentos em pesquisas e recursos humanos. - Áreas de proteção à fauna definidas.

OBJETIVO: Incentivar práticas agrossilvícolas, pesca e aquicultura visando a viabilidade sócio-econômica e proteção dos recursos naturais das Comunidades da APA e entorno através do manejo sustentado.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE MANEJO SUSTENTADO</p> <p>COORD.: FUNDAÇÃO FLORESTAL/COMITÊ GESTOR/ IBAMA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer coordenadores dos sub-comitês: Pesca, Manejo, Agricultura tradicional e Aquicultura 2. Priorizar e detalhar projetos, ações, metas e prazos, considerando iniciativas em curso e parcerias (v. cadastro, ag. interno) 3. Incentivar e apoiar técnicas de manejo das espécies nativas economicamente viáveis na região. 4. Implantar e apoiar tecnologias alternativas menos impactantes adaptadas à região. 5. Incentivar e apoiar técnicas de criação de pequenos animais. 6. Implantar opções agrícolas em áreas manejadas extensivamente. 7. Promover divulgação e capacitação de técnicas de manejo e espécies adequadas à região. 8. Regularizar e aprimorar as lavouras caiçaras. 9. Criar e experimentar modelos de manejo sustentado (agro-florestais, coletores e pesqueiros). 10. Cadastrar a população caiçara praticante de agricultura itinerante. 	<p>FUNDAÇÃO FLORESTAL SMA</p> <p>Comitê Gestor SAA/I. Pesca</p> <p>Prefeituras Municipais</p> <p>Comitê Gestor Universidades</p> <p>ONGs</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidades tradicionais exercendo suas atividades seguindo padrões historicamente estabelecidos e aperfeiçoados. - População rural mantida no campo, com melhoria de qualidade de vida. - Modelos de manejo sustentado implantados. - Desenvolvimento sustentável viabilizado na região.

OBJETIVO: Fiscalização participativa e para a manutenção da biodiversidade e auto-sustentabilidade.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE</p> <p>COORD.: COMITÊ GESTOR/PF/SMA/IBAMA</p>	<p>1. Orientar e capacitar órgãos fiscalizadores para atuarem de forma preventiva e educativa, com preponderância sobre a repressiva.</p> <p>2. Promover ações para orientar e conscientizar as populações local e flutuante sobre a conservação dos ecossistemas.</p> <p>3. Estabelecer as diversas responsabilidades entre os órgãos ambientais presentes na região.</p> <p>4. Promover a divulgação da legislação ambiental - objetivos e procedimentos.</p> <p>5. Avaliar e aperfeiçoar a legislação, de acordo com as características locais e regionais</p> <p>6. Promover ações integradas com Comitê de Bacia</p>	<p>IBAMA DEPRN Prefeituras Municipais Polícia Florestal CBH-RB</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão ambiental desenvolvida - Otimização de recursos - Biodiversidade e desenvolvimento sustentável mantidos através de orientação, controle e fiscalização eficazes. - incentivada a participação da população na fiscalização da APA e entorno - Credibilidade dos órgãos de fiscalização resgatada através de uma atuação orientada e efetiva. - Legislação adequada ao contexto regional implantada e eficiente. - Controle da qualidade ambiental eficiente.

OBJETIVO: Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico valorizado

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO NATURAL E CULTURAL</p> <p>COORD.: CONDEPHAAT/SMA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer programa conjunto entre APA CIP e CONDEPHAAT; 2. Estabelecer programa conjunto com Instituto de Pré-História da USP visando delimitação, proteção e valorização do patrimônio arqueológico; 3. Apoiar e incentivar as manifestações culturais tradicionais através do registro sistematizado e valorização junto às populações local e flutuante; 4. Buscar recursos para revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico: conjuntos urbanos e bens isolados; 5. Apoiar e incentivar o artesanato caiçara, indígena e demais produções locais e regionais; 6. Integração com Agenda de Ecoturismo e Programa de Ecoturismo da APA CIP; 7. Promover a divulgação da importância histórica e ambiental da região. 	<p>CONDEPHAAT/Secretaria da Cultura</p> <p>Instituto de Pré-História/USP/ Comitê Gestor;</p> <p>Prefeituras Municipais FUNAI;</p> <p>Iniciativa Privada;</p> <p>Agenda de Ecoturismo,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Patrimônio arquitetônico e cultural resgatado e valorizado; - Atividades de Ecoturismo desenvolvidos; - Pesquisas desenvolvidas;

OBJETIVO: Ações de saneamento desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE SANEAMENTO</p> <p>COORD.: SMA/CETESB</p>	<p>1. Continuar as ações iniciadas para tratamento dos resíduos sólidos: coleta seletiva, reciclagem, disposição consorciada, articulando CETESB, PMs e população;</p> <p>2. Implantar projetos alternativos de saneamento rural;</p> <p>3. SABESP, CETESB e Prefeituras articuladas para implantação do Saneamento urbano;</p> <p>4. Treinar agentes de saúde e educadores para informar a população rural da importância do saneamento básico.</p>	<p>SABESP CETESB Prefeituras Municipais PRO-SANEAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Saneamento básico implantado, com proteção do lençol freático, fontes, laguna e mares - Órgãos responsáveis pelo saneamento (implantação de rede de esgotos e tratamento de resíduos sólidos) articulados e gerindo eficientemente. - Melhoria dos indicadores relativos à saúde obtida.

OBJETIVO: Ações para informar, formar e capacitar os agentes locais

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO</p> <p>COORD.: SMA/IBAMA</p>	<p>1. Promover a informação e conscientização dos novos eleitos: Prefeitos e Vereadores sobre desenvolvimento sustentável, conservação de biodiversidade e objetivos da APA CIP.</p> <p>2. Formação de agentes técnicos locais</p> <p>3. Capacitação e formação dos quadros de administração pública.</p>	<p>Comitê Gestor SMA/IBAMA</p>	<p>- Quadros técnicos das Prefeituras Municipais desenvolvidos;</p> <p>- Prefeitos e Vereadores informados e integrados na gestão da APA</p> <p>- Gestão municipal integrada aos objetivos da APA</p>

OBJETIVO :Diretrizes definidas para pesquisas voltadas à biodiversidade na APA e no seu entorno

<p>PROGRAMA DE PESQUISA</p>	<p>. Elaborar Banco de Dados: Pesquisa Bibliográfica</p> <p>. Estabelecer convênio com Universidades</p> <p>. Estabelecer parcerias com ONGs</p> <p>. Cadastramento de Organismos de Pesquisa com interesse na região</p> <p>. Estabelecer parâmetros sobre manejo sustentado de recursos naturais</p>	<p>Comitê Gestor</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos</p> <p>ONGs</p> <p>SMA</p> <p>IBAMA</p>	<p>- Banco de Dados acessível e atualizado;</p> <p>- Disponibilidade de informações</p> <p>- Integração da pesquisa à Gestão da APA</p>
-----------------------------	--	---	---

OBJETIVO: Ecoturismo: implantação na APA com valorização das belezas e riquezas cênicas, culturais e naturais.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE ECOTURISMO</p> <p>COORD.: COMITÊ GESTOR/SUB-COMITÊ DE ECOTURISMO</p>	<p>1. Formar grupo de trabalho para instalação do Sub-comitê</p> <p>2. Compatibilizar ações considerando Agenda de Ecoturismo e demais iniciativas na região da APA e entorno.</p> <p>3. Promover a formação de RH em ecoturismo</p> <p>4. Incentivar investimentos na estrutura de ecoturismo através de parcerias.</p> <p>5. Buscar recursos para revitalização do Patrimônio Histórico na região da APA</p> <p>6. Pesquisar e diagnosticar as potencialidades das paisagens e ambientes naturais</p>	<p>Agenda de Ecoturismo/FF Comitê Gestor/ Sub-Comitê de Ecoturismo SMA IBAMA Prefeituras Municipais Iniciativa privada Associações</p>	<p>- Integração com Agenda de Ecoturismo estabelecida</p> <p>- Cursos de treinamento de monitores/agentes contratados e ministrados</p> <p>- Órgãos de turismo e entidades financeiras articulados para prover investimentos na APA e entorno.</p>

OBJETIVO: Manter população local e fluante informados e sensibilizados sobre a conservação da natureza e das culturas regionais através da educação ambiental.

	Principais Ações/Atividades	Executores/Colaboradores	Resultados Esperados
<p>PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO</p> <p>COORD.: SMA/ IBAMA</p>	<p>1. Fornecer RH voltado para a conservação dos recursos naturais e culturais regionais;</p> <p>2. Estabelecer a integração deste programa com demais iniciativas da Agenda Ambiental do Vale do Ribeira;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rede de educação ambiental; - Características sócio-ambientais (pesquisa participante); - formação de professores em educação ambiental; - Núcleos de educação ambiental; - Memória regional (Centro de Documentação e Informações); - Comunicação (rádio e TV); <p>3. Inserir conteúdo sobre patrimônio histórico, arqueológico, natural e cultural regionais nos currículos;</p> <p>4. Articular prefeituras e órgãos de gestão visando um sistema integrado de comunicação</p> <p>5. Implantar projetos de educação ambiental nas escolas e postinhos rurais da APA e entorno</p> <p>6. Implantar projeto de educação ambiental nos sistemas público e privado</p>	<p>Agenda Ambiental do Vale do Ribeira;</p> <p>PMs</p> <p>Comitê Gestor</p> <p>SMA</p> <p>IBAMA</p> <p>Sistema de ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas rurais articuladas em torno de um sistema de comunicação voltado para realidade local e regional; - Cursos sobre conservação da natureza e cultura local realizado, inclusive com RH formado; - Seminários e encontros realizados para articulação de trabalhos na área de educação ambiental;

6 - Unidades de Gestão

Tomando-se por base a análise do conjunto - região e entorno - e a expressão do seu significado, são as peculiaridades locais que vão possibilitar a constituição de referenciais próprios, passíveis de estabelecer relações específicas entre o espaço e o lugar.

Assim, em que pese o caráter homogêneo resultante do forte significado do conjunto (considerado, inclusive, Reserva da Biosfera), a organização dos elementos naturais e as formas de adequação da população às suas necessidades sociais no tempo e no espaço apresentam fatores e condicionantes característicos, com funções atuais e potenciais.

A partir da premissa de que o objetivo primordial do ZEE é orientar espacialmente as ações a serem desenvolvidas para a conservação da APA, considerando o cenário de desenvolvimento sustentável para a Região, evidenciam-se dois aspectos básicos que nortearam os trabalhos:

1 - o de responder aos anseios locais, levando em conta as atividades atuais e potenciais exercidas localmente e as inter-relações entre essas áreas e funções com o todo, de forma integrada;

2 - o de atender a necessidades de proteção e preservação específicas, considerando tanto o conjunto a ser conservado, quanto particularidades.

Daí a adoção de uma abordagem através da análise de fatores e elementos significativos de caráter regional, estabelecendo-se em seguida "unidades" com certo grau de identidade, capazes de se articular entre si e com o conjunto (Unidades de Gestão) e, só então, caracterizar especificidades (problemas e potencialidades) numa escala de trabalho mais aprofundada.

Unidades de Gestão são, assim, áreas definidas por suas características ambientais, aspectos sócio-econômicos-culturais e administrativos, com o objetivo de operacionalizar e descentralizar a gestão do território, permitindo o tratamento das peculiaridades e a integração com demais intervenções na Região.

Foram fatores condicionantes à sua definição:

- fatores ambientais e de uso do solo, consubstanciados nas Unidades de Paisagem e bacia hidrográfica (sub e micros);
- fatores administrativos: limites municipais, sub-regionais ou gerenciais, levantados no processo de consulta aos agentes intervenientes;
- fatores sócio-econômicos e culturais: atividades, projetos propostos existentes ou em andamento, principalmente diretrizes advindas do Programa de Gerenciamento Costeiro.
- fatores legais: basicamente a legislação ambiental, que já constitui um pré-zoneamento.
- fatores de proteção e conservação: áreas-"core", ou áreas-núcleo de proteção, aplicando nesta escala o conceito de Reserva da Biosfera.

No caso das Unidades de Conservação, foram consideradas sua natureza, a inter-relação dela com a APA e o significado em escala mais ampla quanto a proteção e/ou preservação dos recursos. Assim, junto com as ZVSs - Zonas de Vida Silvestre - constituem "áreas-núcleo" ou "áreas-core", proporcionais às características e vocação da Unidade

considerada, buscando-se novamente a integração da gestão com vistas à conservação nela própria e no conjunto.

Em nível mais amplo foram definidos os setores funcionais da APA e entorno:

- alta proteção: porção sul, limítrofe à APA de Guaraqueçaba (Unidades I,II, III)
- conservação e gerenciamento, incluindo recuperação: centro (Iguape/ Ilha Comprida) (Unidade IV)
- alta proteção: Estação Ecológica Juréia-Itatins (Unidade V);
- conservação e gerenciamento, incluindo recuperação; transição entre APA Cananéia-Iguape-Peruíbe e APA da Serra do Mar/ Parque da Serra do Mar.

As Macropaisagens (MUPs) tiveram papel preponderante nesta definição, cabendo às UPs indicarem as diretrizes para o gerenciamento em cada uma das Unidades.

Das análises nas escalas 1: 250.000 e 1: 50.000, objeto desta regulamentação, posteriormente sairão indicações para estudos em escalas mais convenientes às particularidades e metas estabelecidas no Plano de Gestão.

A conclusão dos levantamentos e estudos relativos ao ZEE leva à constatação da necessidade de algumas intervenções a serem deliberadas na próxima fase de discussões para implementação do mesmo.

Como ponto-de-partida para o entendimento e reflexões sobre possíveis deliberações colocam-se os zoneamentos propostos nos Macrozoneamentos regionais e regulamentação da APA de Ilha Comprida, ao lado da proposta para a APA federal de Guaraqueçaba. Como detalhamento, colocam-se os Planos de Manejo relativos às demais Unidades de Conservação presentes no interior e entorno da APA, áreas para proteção da fauna, sítios arqueológicos, áreas destinadas a projetos experimentais de manejo sustentado, etc.

As Unidades de Gestão reúnem sub-porções do território, para efeito de gestão, ao mesmo tempo que possibilitam o estabelecimento do ZEE e novos limites da APA de forma discutida entre os interlocutores envolvidos em cada uma delas.

A gestão prevê o controle e monitoramento dos recursos hídricos. A política de gerenciamento desses recursos prevê a instalação do Comitê de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, em funcionamento, sendo da parte do Estado o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica o organismo responsável por sua coordenação.

Dentro dos critérios adotados para definição das Unidades de Gestão procurou-se levar em conta as problemáticas referentes a recursos hídricos para interligação com essa outra organização de gestão, da qual a APA representa uma sub-região, para efeito desse gerenciamento. Da mesma forma, o Programa de Gerenciamento Costeiro tem essa postura.

Espera-se, com esta proposição, unificar a gestão do território abrangido pela APA, considerando os diversos esquemas existentes.

Do ponto de vista da gestão municipal, não há a coincidência total de limites, porém levou-se em conta tal critério sempre que possível, com a preocupação preponderante de

estabelecer as bases para soluções conjuntas no caso de estarem presentes mais de um município.

Unidade de Gestão		Municípios: Cananéia / Ilha Comprida		
Objetivos Gerais: Alta Proteção, através do controle e manejo sustentado				
Caracterização	Objetivos Específicos	Diretrizes para Gerenciamento/Controle	Diretrizes Suplementares	Envolvidos na Gestão
UPs: 9, 10, 16	-Manutenção das comunidades tradicionais em seus núcleos	-Controle das atividades agrícola-pesqueira-extrativista;	- gestão integrada com APA de Guaraqueçaba (PR)	-Pref. Mun. Cananéia -Pref. Mun. Ilha Comprida
UCs: PEIC ; PEJ	-Preservação da fauna em extinção	-Acompanhamento e ação mediadora da fiscalização;ação formadora e educadora	- implantar gestão de APA de Ilha Comprida	-Câm. Mun. Cananéia
Macrosul:UEC1, UEC2, UEC3,UEC4, UAC1,UPC1,UPC2, UCM, UUC5;	-Preservação de refúgios da fauna; -Estabelecer projetos-piloto de manejo sustentado:	-Licenciamento específico para práticas de manejo sustentado. - Monitoramento;RQA, com ênfase na qualidade das águas.	- revisão de limites de APA com PEJ. - apoiar gestão dos Parques Estaduais de Jacupiranga e Ilha do Cardoso	- Câm. Mun. Ilha Comprida - Colônia de Pesca
Áreas Núcleo: Parques Estaduais Jacupiranga e Ilha do Cardoso e Zonas de Vida Silvestre(ZVSs)	pesquisa c) as comunidades, com vistas a parâmetros de sustentabilidade	-Desenvolver ações quanto à situação fundiária; -Educação ambiental nas escolas rurais. - Fiscalização intensificada nas áreas núcleo; -Controle do poder municipal sobre ocupação urbana de acordo com os objetivos da unidade, inclusive da ocupação turística de 2º residência		- Empresários do setor pesqueiro. - Empresários do setor turístico.
<u>Características Ambientais:</u> Complexo formado por diferentes formas de relevo e cobertura vegetal, ainda bem conservada com interferências pontuais e lineares	-Mobilização da comunidade para ações de educação ambiental. -Apoiar o sistema tradicional			- Instituto Florestal/DRPE (PEJ,PEIC) - Associações Culturais - SMA - Fundação Florestal - IBAMA - PF - FUNAI -Outros
<u>Características Sócio-econômicas :</u> As atividades de pesca, agricultura e turismo ainda emergente e desordenada predominam na região. Sua população vincula-se a elas direta ou indiretamente. O extrativismo, atualmente ilegal é a atividade principal ou complementar de um número significativo de famílias.	de complementariedade econômica, objetivando sua maior racionalização e modernização; -Conservação dos ecossistemas com preservação nas áreas núcleos -incentivo e apoio à pesca artesanal -Extrativismo comunitário -Ecoturismo			
<u>Conflitos:</u> - fundiários - pesca empresarial gerando impactos - extração de palmito				
<u>Patrimônio Hist. Arq. cultural:</u> - Sambaquis				

Unidade de Gestão II		Município : Cananéia		
Objetivos Gerais: Conservação, através do controle e gerenciamento				
Caracterização	Objetivos Específicos	Diretrizes para Gerenciamento/Controle	Diretrizes Suplementares	Envolvidos na Gestão
UPs: 7, 15, 16, 17	- Manutenção da população rural	- Controle agrícola;	- gestão integrada com demais prefeituras	-Pref. Mun. Cananéia -Demais Prefeituras; Jacupiranga e Pariqueira-Açu
Ucs: -		- Educação Ambiental nas escolas rurais	- gestão do desenvolvimento urbano	-SMA
Macrosul: UAC2, UAC3, UEC5, UPC1	- Conservação através do controle dos desmatamentos e agrotóxicos	- Fiscalização intensificada nas ZVSs		- Fundação Florestal - IBAMA
Áreas-Núcleo: ZVSs do Itapitangui, Arrepiado e Cordeiro	- Manejo sustentado e - Preservação das ZVSs	- Controle de saneamento dos bairros		- PF - Bairros
<u>Características Ambientais:</u> Dinâmica mais complexa, áreas de relevo íngreme cobertas de floresta conservada, planícies e morrrotes com restinga fragmentada. Maior intrincamento de ações.	- Mobilização da comunidade para ações de educação ambiental e fiscalização.	- Monitoramento; RQA - Controle da Ocupação Urbana nos bairros - Controle da Antropização ao longo das estradas		
<u>Características Sócio-econômicas:</u> Atividades ligadas a agropecuária e setor de serviços. Presença de bairros.				
<u>Conflitos:</u> - desmatamento para plantio e pastagem. Agrotóxicos para cultivo de banana				

Unidade de Gestão III	Município : Cananéia			
Objetivos Gerais: Controle Preventivo da expansão e Impactos urbanos				
Caracterização	Objetivos Específicos	Diretrizes para Gerenciamento/Controle	Diretrizes Suplementares	Envolvidos na Gestão
UP's: 9, 13, 16	<ul style="list-style-type: none"> - Controle preventivo e gerenciamento das atividades e usos urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Gerenciamento Urbano - Controle da expansão da ocupação urbana 	<ul style="list-style-type: none"> - gestão dos transportes - gestão pesqueira 	<ul style="list-style-type: none"> -Pref. Mun. Cananéia -Câmara dos Vereadores
UC,s: -	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação do entorno da Unidade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoiar a Administração Municipal - Formação de Técnicos locais 		<ul style="list-style-type: none"> -IBAMA -SMA
Macrosul: UPC1,UUC1, UUC2, UUC3	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento urbano adequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle das atividades turísticas - Fiscalização, licenciamento e educação ambiental integrados com órgãos ambientais 		<ul style="list-style-type: none"> - ONGs - Secretaria Transportes - Agenda de Ecoturismo (Fundação Florestal)
Áreas Núcleo: Manguezais existentes constituern ZVS	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização da comunidade para valorização do patrimônio histórico, ambiental e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar setores da comunidade para implementação do Plano de Gestão - Controle e Gerenciamento de Saneamento 		<ul style="list-style-type: none"> -Associação Comercial -Outros
<u>Características Ambientais:</u> Área mesclada com presença da cob. vegetal conservada e fragmentada.	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da conservação dos recursos naturais - Ecoturismo - Desenvolvimento social: equipamentos e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> - Administrar conflitos entre pesca costeira, pesca na laguna e rios 		
<u>Características Sócio-econômicas:</u> Sede do Município de Cananéia, com áreas de expansão e demais atividades e usos urbanos.	<ul style="list-style-type: none"> - Equipar a administração Municipal -Gerenciamento e Administração pesqueira 			
<u>Conflitos:</u> - Ocupação urbana e impactos gerados. Parte significativa excluída da APA. Conflitos fundiários e desmatamento para loteamentos				
<u>Patrimônio Hist. Arqueológico:</u> - Conjunto Urbano e Bens isolados, sambaquis				

Unidade de Gestão IV		Municípios: Ilha Comprida/ Iguape		
Objetivos Gerais: Conservação, através do gerenciamento e controle, com medidas para recuperação				
Caracterização	Objetivos Específicos	Diretrizes para Gerenciamento/Controle	Diretrizes Suplementares	Envolvidos na Gestão
UPs: 9, 10, 13, 14, 15	- Extrativismo - Turismo - Pesca - Agricultura	- Controle de Qualidade das águas - Gerenciamento pesqueiro	- implementar o Plano de Gestão da APA de Ilha Comprida	- Colônia de Pesca - Câmara de Vereadores - Pref. Mun. de Iguape - Pref. Mun. e Câmara de Ilha Comprida
UCs: EE Chauás;	- Conservação dos recursos naturais através do gerenciamento ampliado da Unidade.	- Controle das atividades urbanas - Controle urbano e gestão integrada: Iguape e Ilha Comprida	- integrar gerenciamento dos recursos hídricos com Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBHVR&LS)	- DAEE - Instituto de Pesca (IP) - IBAMA - Fundação Florestal - SMA - ONGs - Assoc. Comercial
Macrosul: UPI1, UPI2, UUI1, UUI4, UUI5, UEP1, UAI2, UAI1, UEI2, UEI1, ZPE, UUI3, UUI3, UCM	- Evitar o esvaziamento da população rural	- Incentivos à pesca em mar aberto e agricultura (prod. limitada na laguna e rios)		
Áreas Núcleo: UCs e ZVS da Ilha Comprida	- Administrar os conflitos buscando a conservação/recuperação dos recursos.	- Apoiar o sistema de complementaridade econômica - Cadastramento e regularização fundiária - Educação ambiental no sistema de ensino - Gestão agrícola - Controle do extrativismo - Assistência técnica aos produtores/extratores (licenciamento, manejo, legislação, etc)		- SAA - CBHVR&LS - Outros
<u>Características Ambientais:</u> Mantém remanescentes de vegetação natural expressivos Rio Ribeira de Iguape.	- Equacionar a questão do Valo Grande			
<u>Características Sócio-econômicas:</u> Concentra a maior densidade populacional do litoral sul. Agricultura (banana olericultura) extrativismo (palmito e caixeta) pesca (manjuba). As sedes dos Municípios de Iguape e de Ilha Comprida se encontram nesta Unidade, com atividades decorrentes.	- proteção à fauna			
<u>Conflitos:</u> - Impactos decorrentes de agrotóxicos ocupação inadequada de várzeas, extrativismo irregular, dematamento, poluição das águas.				
<u>Patrimônio Hist. Arqueológico:</u> - Conjunto Urbano e Bens isolados, sítios cerâmicos e sambaquis				

Unidade de Gestão V	Estação Ecológica Juréia - Itatins
Objetivos Gerais: Visa promover a gestão integrada com a EEJI, que numa escala mais ampla representa o outro setor de alta proteção da APA Cananéia - Iguape - Peruíbe, sofrendo significativa pressão antrópica.	

Unidade de Gestão VI	Municípios: Peruipe, Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo			
Objetivos Gerais: Conservação, através do gerenciamento e recuperação				
Caracterização	Objetivos Específicos	Diretrizes para Gerenciamento/Controle	Diretrizes Suplementares	Envolvidos na Gestão
UPs: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	<ul style="list-style-type: none"> - Controle e gerenciamento do corredor de ligação entre BR-116 e Litoral - Recuperação de áreas degradadas - Agricultura: controle e apoio 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle da Agricultura - Educação Ambiental - Fiscalização - Controle do Saneamento Urbano - Controle do Gerenciamento Urbano com os municípios 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão integrada com as diversas prefeituras - Gerenciamento de Transportes - Integração com macrozoneamento do Vale do Ribeira - Integração com Comitê de Bacia 	<ul style="list-style-type: none"> - Pref. Municipais: Pedro de Toledo, Itariri, Miracatu e Peruipe - EEJI (IF) - SMA - IBAMA - PF - Agenda de Ecoturismo (Fundação Florestal)
UCs: EEJI, Res. Indíg., Parque Estadual da Serra do Mar, ARIE	<ul style="list-style-type: none"> - Ecoturismo - Pesca - Aquicultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle da antropização e impactos ao longo da malha viária - Incentivo ao Ecoturismo - Controle e monitoramento dos recursos hídricos - Controle das atividades mineradoras 		<ul style="list-style-type: none"> - SAA/CATI - CBHRV & LS - ONGs - Associações - outros
Áreas-Núcleo: EEJI. Parque Estadual da Serra do Mar				
<p><i>Características Ambientais:</i> Grande número de pequenos complexos associados. As florestas aparecem ora preservadas, ora desgastados ou em recuperação.</p>				
<p><i>Características Sócio-econômicas:</i> Crescimento populacional, presença de rodovias e sedes municipais. Agricultura atividades em ascensão, expansão urbana.</p>				
<p><i>Conflitos:</i> - A rede viária e corredor de passagem entre a BR-116 e o litoral exercem pressão pela antropização. Agrotóxicos, desmatamentos, poluição, ocupação urbana.</p>				

Unidade de Gestão VII	Aguas Marinhas e Ilhas Marítimas
Objetivos Gerais: Constitui-se das águas marinhas e ilhas marítimas, onde estas exercem funções como de abrigo de fauna. Visa o gerenciamento pesqueiro e estabelecimento do zoneamento específico.	

IV - Recomendações para o encaminhamento da proposta

Ainda que de forma preliminar, procurou-se aqui alinhar as condições propícias a um bom desenvolvimento e implementação de uma proposta de zoneamento, ao lado de um plano de gestão.

Foi possível perceber, durante a execução dos levantamentos e análises, que uma proposta de ZEE para a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe traz questões complexas e múltiplas, impossíveis de serem resolvidas em tão curto espaço de tempo e em fôro restrito.

Espera-se ter conseguido reunir dados para o trabalho subsequente. A par disso, a reação positiva e a motivação encontradas durante o processo de elaboração desta proposta levam-nos a crer que há possibilidades de avanços no sentido de se alcançar os objetivos pretendidos, quais sejam, os de instaurar um processo permanente de planejamento e gestão na APA e de aliar conservação à melhoria da qualidade de vida.

Dos temas abordados na caracterização (Vol. 1) destacamos as principais ações que subsidiarão a proposta final:

1 - estabelecer critérios mais objetivos para aplicação das disposições do Decreto da APA, assim como disciplinar as atividades nela exercidas, respeitando, claro, as proibições objetivas estabelecidas;

2 - complementar os demais aspectos da proteção desejável ou necessária: proibições e restrições de uso;

3 - rever limites geográficos ;

4 - estabelecer condições para o exercício de determinadas atividades, como projetos de urbanização, atividades agrícolas ou pecuárias, terraplanagem, mineração, dragagem e escavação, etc;

5 - delimitar ZVS: Zona de Preservação da Vida Silvestre e Zona de Conservação da Vida Silvestre;

6 - Tombamento/ patrimônio histórico: verificar restrições específicas, observando ainda o entorno;

7 - realizar o mapeamento do patrimônio histórico e arqueológico e do entorno;

8 - observar a fauna presente nas diversas formações, assim como corredores de vegetação: aves migratórias, espécies em extinção;

9 - efetuar estudos sobre a relação manejo x espécies;

10 - realizar o mapeamento detalhado de áreas críticas .

É igualmente importante destacar alguns aspectos que deverão ser obrigatoriamente incorporados como pressupostos para a definição das propostas :

1 - alterações que diminuam o grau de proteção de uma UC só podem ser feitas por lei (Constituição Federal);

2 - consideração e incorporação da legislação existente que dispõe sobre : proteção à vegetação, gestão dos recursos hídricos, controle da poluição,

3 - consideração de microbacias hidrográficas como unidade física de planejamento;

4 - zoneamento: o estabelecimento de regras disciplinadoras do uso e ocupação do solo é matéria tradicionalmente de competência dos municípios;

5 - implementação da fiscalização e da educação ambiental como meios de proteção à fauna.

Assim, para cada Unidade de Gestão há que se desenvolver:

- análise da legislação ambiental relativa à matéria;
- definição de competências entre União, Estado e Municípios:
 - . no estabelecimento de zoneamento de comum acordo
 - . no disciplinamento de atividades em áreas urbanas , atividades isoladas ou de pequeno porte e projetos de urbanização (art. 8º Res.10): medidas caso a caso
 - . na busca da concretização da legislação municipal pertinente
- promover a inter-relação entre os diversos envolvidos, buscando soluções de questões pendentes.

Além disso, há que se considerar as diretrizes e recomendações apontadas no Plano de Gestão.

Cronograma geral :

- dezembro de 1996/ início de 1997:

- . constituição do Comitê Gestor: Conselho Técnico, sub-coordenações por comitês de comunidade.
- . alguns projetos propostos no Plano de Ação iniciados
- . complementação de parte das informações e discussões com Conselho Técnico para estabelecimento do ZEE.

- julho de 1997:

- . gerenciamento da APA em funcionamento, de forma participativa
- . recursos adicionais obtidos para implementação do conjunto do Plano de Ação
- . dispositivo legal da APA aperfeiçoado e eficaz, discutido e apoiado pelo Comitê Gestor.
- . processo de planejamento integrado entre APA, demais UCs , setores governamentais ou não governamentais envolvidos e Municípios.
- . ZEE estabelecido, após discussão com os setores envolvidos.

V - Bibliografia

- AB'SABER, Aziz Nacib. **O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional.** São Paulo : SUDELPA, 1985. (Boletim Técnico, 1)
- ALMEIDA, F.F.M.de. Fundamentos geológicos do relevo paulista. **Bol.I.G.G.**, São Paulo, n.41, p.168-262, 1964.
- AMEND, S., AMEND, T. **Habitantes en los parques nacionales: una contradicción insoluble?** In:____. Espacios sin habitantes? Caracas : IUCN, 1992. p.457-472.
- ANDERSON, A.B., POSEY, D.A. Management of a tropical scrub savanna by Gorotire Kayapó of Brazil. **Advances in Economic Botany**, n.7, p.159-173, 1989.
- ARAUJO, D.S.D., HENRIQUES, R.P.B. Análise florística das restingas do Rio de Janeiro. In: LACERDA, L.D., ARAUJO, D.S.D., TURQ, B. (Ed.). **Restingas: origem, estrutura, processos.** Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense, 1984.
- ARROYO, Monica (Org.). **O Novo Mapa do Mundo - natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** 2.ed. São Paulo : Hucitec/ANPUR, 1994.
- BARROS, F. et al. Flora fanerogâmica da Ilha do Cardoso. **Instituto de Botânica**, São Paulo, v.1, n.1, p.1-184, 1991.
- BARZETTI, V. (Ed.). **Parks and progress.** Cambridge : IUCN, 1993. 240p.
- BAUDRY, J. Structure et fonctionnement écologique des paysages: cas des bocages. **Bull. Ec.**, v.19, n.4, p.523-530, 1988.
- BAUDRY, J., BAUDRY-BUREL, F. La mesure de la diversité spatiale: relations avec la diversité spécifique. **Acta Oecologica Applic.**, Paris, v.3, n.2, p.177-190, 1982.
- BEGOSSI, A. Fishing spots and sea tenure: incipient forms of local management in Atlantic Forest coastal communities. **Human Ecology**, v.23, n.3, p.387-406, 1995.
- ____. Language, knowledge and social change: some ecological features. In: DIEGUES, A.C.S. (Ed.). **Tradition and social change in the coastal communities of Brazil: a reader of maritime anthropology.** São Paulo : CEMAR/NUPAUB/USP, 1992. p.137-141.
- BIBBY, C.J. et al. **Putting biodiversity on the map: priority areas for global conservation.** Cambridge : International Council for Bird Conservation, 1992.
- BIGARELLA, J.J., ANDRADE, G.O. Contribution to the study of the Brazilian Quaternary. In: _____. **Geological Society of America: international studies on the quaternary.** Washington, 1965. p.333-451. (Special Paper, 84)
- BLANCO, D., CANEVARRI, P. **Censo neotropical de aves acuáticas 1991 - Programa de Ambientes Acuáticos Neotropicales (NWP).** Buenos Aires, 1992.
- BONTRON, Jean-Claudes, CROS, Zsuzsa, LUGINBÜHL, Yves (Colab.). **Sous-direction des espaces protégés, des paysages et de la qualité architecturale methode pour des atlas de paysages: identification et qualification.** Paris : Direction de l' Architecture et de l' Urbanisme, 1994.

- BRASIL. Mensagem nº176, de 1992. Texto Substitutivo do Projeto de Lei n.2.892 (Poder Executivo). **Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados**, Brasília, p.12.297, 05 jun.1992.
- BRASIL. Projeto de Lei nº2.892, de 1992. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados**, Brasília, p.12.294-12.297, 05 jun.1992. (Deputado Fábio Feldmann)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Secretaria Especial do Meio Ambiente. **Áreas de proteção ambiental: abordagem histórica e técnica**. Brasília, 1987.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Programa de desenvolvimento sustentado em aquicultura**. São Paulo : SMA/Prefeitura Municipal de Jacupiranga, 1995.
- _____. **Roteiro metodológico para a elaboração de planos de ação emergencial das unidades de conservação de uso indireto** (2a. versão). Brasília : IBAMA/DIREC-DEUC, 1994.
- _____. **Uso sustentável do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida**: projetos de execução descentralizada. São Paulo : SMA/Prefeitura Municipal de Cananéia, 1995.
- BRASIL. Secretaria Especial do Meio Ambiente. Coordenadoria de Áreas de Proteção Ambiental. **Caracterização e diretrizes gerais de uso da Área de Proteção Ambiental do Rio São Bartolomeu**. 2.ed. Brasília, 1988. v.1, 53p.
- BRITO, Francisco A. Gestão ambiental em Área de Proteção Ambiental (APA). In: WORKSHOP DOS CHEFES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., Belo Horizonte. **Palestras**. Belo Horizonte : MMA/IBAMA-DIREC-DEVIS-DICOE, 1995.
- BRITO, M.C.W. de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo, 1995. Tese (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- BROOKS, T., BALMFORD, A. **Atlantic Forest extinction**. Nature, n.380, p.115, 1996.
- CÂMARA, João Batista Drummond. **Análise da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, como instrumento de Planejamento e Gestão Ambiental**. Brasília, 1993. Dissertação (Mestrado)
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo : Cultrix, 1982.
- CETESB. **Destinação final dos resíduos sólidos na Baixada Santista**: relatório final. São Paulo, 1979. 181p.
- _____. **Diretrizes para resíduos sólidos na Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira**. São Paulo, 1993.
- CHABWELA, H.W. The exploitation of wetland resources by traditional communities in the Kafue Flats and Bangweulu Basin. In: MALTBY, E., DUGAN, P.J., LEFEUVRE, J.C. (Ed.) **Conservation and development: the sustainable use of wetland resources**. Gland : IUCN, 1992. p.31-39.

- CHIODI, D.K. et al. **Projeto planejamento minerário na ocupação do solo em área de atuação da SUDELPA**. São Paulo : CPRM/SUDELPA, 1982. 2v. il., mapa.
- COLLAR, N.J. et al. **Threatened birds of the America: the ICBP/IUCN Red Data Book**. Washington : Smithsonian Institution, 1992.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE
DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 03 a 14 jun.1992. **Resumo da Agenda 21** (1a. tradução). Rio de Janeiro : Centro de Informação das Nações Unidas, 1992.
- CONSEMA. **Áreas de Proteção Ambiental - APAS Corumbataí e Piracicaba Área I: propostas para a sua regulamentação**, São Paulo : SMA/CPLA, 1995. 15p. (Relatório interno)
- COPLACO. **Plan espacial de proteccion del medio fisico de la Provincia de Madrid**. Madrid : Ministerio de la Vivienda, 1975.
- CORREA, Fredmar. **A reserva da biosfera da Mata Atlântica: roteiro para o entendimento de seus objetivos e seu sistema de gestão**. São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera/Consórcio Mata Atlântica, 1995.
- CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. In: BUCKLEY, P.A. et al. **Neotropical Ornithology**. Washington, 1985. p.49-84. (Ornithological Monographies, 36)
- CUNHA, L.H.O. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos - o caso de Guaraqueçaba**. São Paulo : USP/UICN/Ford Foundation , 1989. 78p.
- _____. **Reserva extrativista em áreas úmidas: uma alternativa de produção e conservação da natureza**. São Paulo, 1994. (Relatório não publicado)
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Inventário de áreas úmidas do Brasil - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil**. São Paulo : USP/UICN/ Ford Foundation, 1990. 450p.
- _____. Managing Brazil's coastal wetlands: the contribution of research amid the realities of politics. In: MALTBY, E., DUGAN, P.J., LEFEUVRE, J.C. (Ed.). **Conservation and development: the sustainable use of wetland resources**. Gland : IUCN, 1992. p.87-96.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994,
- _____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo : NUPAUB/USP, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana, NOGARA, P.J. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo : NUPAUB, 1994. 187p.
- DUGAN, P.J. Research priorities in wetland science, wetland conservation and agricultural development. In: MALTBY, E., DUGAN, P.J., LEFEUVRE, J.C. (Ed.). **Conservation and development: the sustainable use of wetland resources**. Gland : IUCN, 1992. p.3-10.

- DURELL, L. **Gaia**: el futuro del arca - atlas del conservacionismo en accion. Madrid : H.Blume, 1986.
- ESTRATÉGIA Mundial para a Conservação. Brasilia, 1994. Anexo 3.
- FARIAS, A.C. **Guia para elaboracion de estudios del medio fisico**: contenido y metodologia. Madrid : Ministerio de Obras Publicas e Urbanismo/Universidad de Valencia, 1986.
- FONSECA, G.A.B. The vanishing Brazilian Atlantic Forest. **Biological Conservation**, n.34, p.17-34, 1985.
- FORMAN, R., GORDON, M. Patches and structural components for landscape ecology. **Bioscience**, 1981.
- FRANÇA. Ministère Chargé de l'Environnement. Direction de la Protection de la Nature. **Guide méthodologique pour la réalisation des plans de gestion dans les réserves naturelles**. Paris, jun.1991.
- FULFARO, V.J., SUGUIO, K., PONÇANO, W.L. A gênese das planícies costeiras paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 28., Porto Alegre, 1974. **Anais...** Porto Alegre : SBG, 1974. p.37-42.
- FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. **Plano e gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa**: documento preliminar. Belo Horizonte, 1995.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plano de Desenvolvimento Florestal Sustentável**. São Paulo, 1993.
- GRANDE, D.A. de, LOPES, E.A. Plantas da restinga da Ilha do Cardoso, São Paulo, Brasil. **Hoehnea**, n.9, p.1-22, 1981.
- GRIFFITH, James Jackson, JUCKSCH, Ivo, DIAS, Luiz Eduardo. **Roteiro metodológico para zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental**. Viçosa : Universidade Federal de Viçosa/Centro de Ciências Agrárias, 1995.
- HAFFER, J. Avian speciation in tropical South America. Massachussetts : **Nutal. Ornithol. Club.**, 1974. 390p. (Publication, 14).
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do paraíso**. 6.ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- IBAMA. **Encontro Técnico para Planejamento e Gerenciamento da APA da Serra da Mantiqueira (SP, MG, RJ)**. Passa Quatro, 1992.
- _____. **Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PP/G7)**. Brasília, 1995. 39p.
- _____. Relatório sucinto sobre o Workshop para Elaboração do Anteprojeto de Planejamento e Gerenciamento da APA da Mantiqueira (MG, SP, RJ). In: UCO/PNMA/KFW/GTZ. **Projeto Unidades de Conservação**. Brasília, 1992.
- IBAMA/DIREC. **Programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil**: concepção básica do projeto parques e reservas. Brasília, maio 1995.
- INSTITUTO FLORESTAL. **Cadastro geral de ocupantes da E.E.J.I.** São Paulo, 1991. 26p. (Mimeo.)

- _____. **Desapropriações em Parques e Estações Ecológicas**. São Paulo, 1995. 26p. (Mimeo.)
- IPT. **Considerações acerca da questão ambiental de locais e formas de disposição de resíduos sólidos**. São Paulo, 1992. (Relatório IPT, 30.997).
- ITESP. Ações de regularização fundiária do DRF. In: _____. **Estrutura do Instituto de Terras**. São Paulo, 1995. 40p. (Mimeo.)
- _____. **A regularização fundiária e as Unidades de Conservação**. São Paulo, 1995. 26p. (Mimeo.)
- IUCN. **South America Environmental Perspectives**: Paraty Document. Gland, 1993. 47p.
- KIRIZAWA, M. et al. Vegetação da Ilha Comprida: aspectos fisionômicos e florísticos. **Rev. Inst. Flor.**, n.4, p.386-391, 1992.
- KUCHEL, A.W., ZONNEVELD, I.S. **Vegetation mapping**. London : Kluwer Academic/Dordrecht, 1988.
- LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona : Gustavo Gilli, 1983. (Colección Arquitectura/Perspectivas).
- LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota, NABUCO, Maria Regina (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo : Hucitec/ANPUR, 1993.
- LEITE, Maria Angela F.P. **Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo : Hucitec/FAPESP, 1994.
- MACEDO, Silvio S. **Paisagem, urbanização e Litoral: do Éden à Cidade**. São Paulo, 1993. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MACEDO NETO, Antonio Teixeira de. Cultura caiçara no Litoral Sul de São Paulo. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR, 3., São Paulo, 03 a 05 abr.1989. **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. São Paulo, 1989. (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.)
- MARETTI, Cláudio Carrera. **Agenda ambiental do Vale do Ribeira**: Plano de ação da SMA do Estado de São Paulo para o desenvolvimento sustentado do Vale do Ribeira e Litoral Sul. São Paulo, 1995.
- _____. **Exemplos de geologia aplicada a um processo de planejamento costeiro**: cartas geológico-geotécnico da Região Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e da Ilha Comprida. Tese (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- _____. **Metodologia e reflexões para o zoneamento ecológico-econômico e o Plano de Gestão da APA (Federal) de Cananéia, Iguape e Peruibe**: documento preliminar. São Paulo : IBAMA/SMA, 1994. 41p. (Relatório interno)
- _____. **Para um desenvolvimento durável do arquipélago de Bijagós**: contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado. Guiné-Bissau : CECI/UICN, 1991.

- _____. **Planos de Manejo**: proposta preliminar e parcial de metodologia. São Paulo : CPLA/DPZA/DPL, 1992.
- MARETTI, Cláudio Carrera et al. **A reserva da biosfera do Arquipélago dos Bijagós**: uma abordagem do desenvolvimento rural. Guiné-Bissau : INEP-Centro de Estudo de Tecnologia Apropriada, 1993. (Boletim de Informação Científica e Técnica)
- MARTINEZ, Francisco R. El paisaje en la ordenación del espacio Litoral. In: MUNÓZ, Juan Manuel Barragan (Coord.). **El medio ambiente en los usos no economicos del espacio Litoral**. Cádiz : Universidade de Cádiz, 1994.
- MARTUSCELLI, P. **Birds of Atlantic Rain Forest in southeastern Brazil**. (Ornithological Monographies)
- _____. Ecology and conservation of the red-tailed Amazon *Amazona brasiliensis* in southeastern Brazil. **Bird Conservation International**, n.5, p.405-420, 1995.
- MARTUSCELLI, P., RODRIGUES, M.G. Novas ocorrências do mico-leão Caiçara *Leontopithecus Caiçara* (Primates-Callitrichidae) no sudoeste do Brazil. **Rev. Inst. Florestal**, n.4, p.920-924, 1992.
- MATTOS, Neide Simões de. **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira -a região lagunar-estuarina de Iguape-Cananéia-Paranaguá**. São Paulo : SMA/Secretaria de Educação, 1992. (Educação Ambiental).
- METODOLOGIA ZOPP: planejamento de projetos orientados por objetivos. São Paulo, 1996.
- MILANO, M.S. Manejo de áreas silvestres. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6., Campos de Jordão. **Anais...** Campos de Jordão : SBG, 1990. p.134-138.
- MITTERMEIER, R.A. et al. Conservation of primates in the Atlantic Forest eastern Brasil. **Int. Zoo.Yearbook**, n.22, p.2-17, 1982.
- MORAES, Walkyria. **Relatório de Consultoria**: oficina de planejamento de projetos orientados por objetivos. Guaraqueçaba : Instituto Ambiental do Paraná, 1994.
- MORAN, E.F. **Adaptabilidade humana**. São Paulo : EDUSP, 1994. 445p.
- OLMOS, F. et al. The sea-birds of São Paulo, southeastern Brazil. **Bull. B.O.C.**, v.115, n.2, p.117-128, 1995.
- OLMOS, F., MARTUSCELLI, P. An important brazilian mangrove swamp under threat. **Oryx**, v.29, n.3, p.154-157, 1995.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de gestão da APAS de Guaraqueçaba**: relatório preliminar. Curitiba, 1995.
- _____. **Plano de gestão da Ilha do Mel**: relatório preliminar. Curitiba, 1996.
- PETAK, W.J. Environmental management: a system approach. **Environmental Management**, v.5, n.3, p.213-224, 1981.

- PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. São Paulo : FFCL/USP, 1966. (Boletim, 283/Geografia, 14)
- PHILLIPI JUNIOR, Arlindo. **Saneamento do meio**. São Paulo : Faculdade de Saúde Pública/Departamento de Saúde Ambiental, 1985.
- PIRES NETO, A.G. **Abordagens sintético-histórica e analítico-dinâmica**: uma proposta metodológica para geomorfologia. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- _____. **O relevo do Vale do Ribeira**: memorial descritivo - geomorfologia - macrozoneamento do Vale do Ribeira. São Paulo : SMA/CPLA/ENGEORPS, 1992.
- PONÇANO, W.L. et al. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo : IPT, 1981. 2v.il., mapa. (Monografias, 5).
- PRICE, A.R.G. & HUMPHREY, S.L. (Eds). **Application of the Biosphere Reserve Concept to Coastal Marine Areas**: Papers presented at the UNESCO/IUCN San Francisco Workshop of 14-20 August 1989. A Marine Conservation and Development Report. IUCN, Gland, Switzerland, 1993.
- REDFORD, K.H. The empty forest. **BioScience**, v.42, n.6, p.412-422, 1992.
- REDFORD, K.H., ROBINSON, J.G. The game of choice: patterns of Indian and Colonist Hunting in the Neotropics. **American Anthropologist**, v.89, n.3, p.650-667, 1987.
- REIS, Ademir, REIS, Maurício S. dos, FANTINI, Alfredo C. **Manejo de rendimento sustentado de Euterpe Edulis**. Registro : Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação Florestal de São Paulo, s.d.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROBINSON, J.G., REDFORD, K.H. Measuring the sustainability of hunting in tropical forests. **Oryx**, v.28, n.4, p.249-256, 1994.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo : Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
- SALES, Renato J. Rivaben de. **Programa de Gerenciamento Costeiro**. São Paulo : SMA/DPL/CPA, 1995. (Documento interno elaborado para a Coordenação Nacional).
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo : Hucitec, 1996.
- SANTOS, R.F. **Macrozoneamento do Vale do Ribeira**: mapeamento de unidades de paisagem. São Paulo, 1996. (No prelo)
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo**: propostas de zoneamento ambiental. São Paulo, 1992. (Documentos)
- _____. **Ilhas do Litoral Paulista**. São Paulo : Secretaria da Cultura/Universidade de São Paulo, 1989. (Documentos)
- _____. **Levantamento e análises dos quadros ambientais e elaboração de proposições físico-territoriais relativas à regulamentação de uso e ocupação da**

- APA Parque e Fazenda do Carmo:** relatório P2 - conclusões e propostas. São Paulo, s.d.
- _____. **Plano Sistematizador do Tombamento da Serra do Mar - 1a. fase:** relatório final. São Paulo : EMPLASA. 1987. v.1
- _____. **Política Municipal do Meio Ambiente:** orientação para os municípios. São Paulo : FPFL-CEPAM, 1992. (Seminários e Debates)
- _____. **Preservação da Floresta Tropical (Mata Atlântica) no Estado de São Paulo.** São Paulo, 1995.
- _____. **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira.** São Paulo, 1992. 344p. (Educação Ambiental)
- _____. **Serra do Mar.** uma viagem à Mata Atlântica. São Paulo, 1992. 94p. (Educação Ambiental)
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Divisão de Planejamento do Litoral. **Diagnóstico e diretrizes de mineração:** relatório preliminar 019 - SMA-MCZ-RT-P752. São Paulo : ENGECORPS, 1995.
- _____. **Macrozoneamento do complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia:** Plano de Gerenciamento Costeiro. São Paulo, 1990. 41p. (Documentos)
- _____. **Macrozoneamento do complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia:** Plano de Gerenciamento Costeiro - mapas. São Paulo, 1991. (Documento de divulgação)
- SCHENKEL, C.S., KANIAK, V.C. Sistemas de unidades de conservação em Brasil. In: AMEND, S., AMEND, T. (Ed.). **Espacios sin habitantes?** Caracas : IUCN, 1992. p.107-123.
- SCOTT, D.A., BROOKE, M.L. **The endangered avifauna of southeastern Brazil:** a report on the BOU/WWF expeditions of 1980/81 and 1981/82. Washington : ICBP, 1985. p.115-139. (Technical Publication, 4)
- SEMINÁRIO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO DA BAIXADA SANTISTA, São Paulo. **Trabalhos apresentados.** São Paulo : CETESB, 1979.
- SILVA, Jorge Xavier et al. Análise ambiental da APA de Cairuçu. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.41-83, jul./set.1988.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros:** cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo : CEMAR, 1993.
- SILVA, Luiza Alonso da. **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira.** São Paulo : SMA/DPL/CPLA/CEAM, 1996. (Documento interno elaborado para a Agenda Ambiental do Vale do Ribeira)
- SILVA, M.M.D. da et al. **Áreas de Proteção Ambiental:** abordagem histórica e técnica. Brasília : SEMA, 1987. 46p.
- SMITH, L.B. Origins of the flora of the souther Brazil. **Nat. Herb.**, v.35, n.3, p.215-249, 1962.

- SMITH, P.G.R., THEBERGE, J.B. A review of criteria for evaluating natural areas. ***Environmental Management***, v.10, n.6, p.715-734, 1986.
- SOARES, Sandra M. Guanaes, ALMEIDA, Sandra N. dos Santos. ***Programa de Gerenciamento Costeiro***. São Paulo : SMA/DPL/CPA, 1995. (Documento interno elaborado para Coordenação Nacional)
- STRAUBE, F.C. Sobre a distribuição geográfica de *Macropsalis Creaga* no Estado do Paraná. ***Sulornis***, n.10, p.12-21, 1989.
- SUGUIO, K., MARTIN, L. ***Formações quaternárias do Litoral Paulista e Sul Fluminense***. São Paulo : IGCP/SBG/IGUSP, 1978. 55p.
- TYLER, H., BROW, K.S., WILSON, K. ***Swallowtail butterflies of the Americas: a study in biological dynamics, ecological diversity, biosystematics and conservation***. Washington : Scientific Publishers, 1994.
- UCHÔA, Dorath P., GARCIA, Caio del Rio. Projeto de pesquisas arqueológicas no Baixo Ribeira (Cananéia-Iguape), Litoral Sul de São Paulo, Brazil: resultados preliminares. ***Revista de Pré-História***, São Paulo, 1979.
- UICN. ***Estratégia mundial para a conservação***. São Paulo : CESP, 1984.
- _____. ***Planificação Costeira Guiné-Bissau***. São Paulo, 1994. (Documento de divulgação)
- VANZOLINI, P.E. Distribution patterns of the American Lizards. In: VANZOLINI, P.E, HEYER, R.W. (Ed.). ***Proceedings of a Workshop on the Neotropical Distribution Patterns***. Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Ciências, 1988. p.317-342.
- VAYDA, A.P., RAPPAPORT, R. Ecology, cultural and noncultural. In: RICHERS, P., McEVOY, J. (Ed.). ***Human ecology***. Massachussetts : Duxbury, 1976.
- VIEIRA, Paulo F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: _____. ***Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais***. São Paulo : Cortez, 1995.
- WEGE, D.C., LOG, A.J. ***Key areas for threatened birds in the neotropics***. Washington : Birdlife International, 1995. (Birdlife Conservation, 5)
- WEST, P., BRECHIN, S.R. (Coord.). ***Resident people and National Parks***. Tucson : The University of Arizona, 1991. 443p.
- WILLIS, E.O. et al. Olive-sided flycatchers in southeastern Brazil. ***The Wilson Bull.***, n.105, p.193-194, 1993.
- WILLIS, E.O., ONIKI, Y. A new phylloscartes (Tyrannidae) from southeastern Brazil. ***Bull. B.O.C.***, v.112, n.3, p.158-165, 1992.
- WILSON, E.O. ***Diversidade da vida***. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. 447p.
- WORKSHOP "POLÍTICAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO", Brasília, 29 nov. a 02 dez. 1994. ***Documentos***. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, 1994. Anexo 2.

ZONNEVELD, I.S. ***Land evaluation and landscape science***. New York : VSPA, 1992.

_____. The land unit: a fundamental concept in landscape ecology. In: _____. ***Landscape ecology***. New York : Academy Publishing, 1989.

ZONNEVELD, I.S., FORMAN, R.T.T. ***Changing landscapes: an ecological perspective***.
New York : Springer-Verlag, 1990.

APA - Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe

Criação

Decreto Federal nº 90.347, de 23 de outubro de 1984, complementado pelo Decreto Federal nº 91.892, de 06 de novembro de 1985.

Abrangência

234 mil hectares, incluindo os municípios de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo e Peruíbe e as ilhas oceânicas de Queimada Grande, Queimada Pequena, Bom Abrigo, Ilhote, Cambriú, Castilho, Figueiras e do Cardoso.

Regulamentação

Convênio firmado entre o IBAMA e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo possibilitou o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) e delineou o Plano de Gestão (PG) da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe.

Levando-se em conta as atividades hoje existentes e os objetivos de desenvolvimento social e econômico da região, busca-se implantar um processo de planejamento e gerenciamento com a participação de Órgãos Públicos e Técnicos, Prefeituras, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e comunidades locais com vistas à definição de projetos e ações práticas de incentivo a formas possíveis e desejáveis de desenvolvimento e promoção humana, em consonância com a preservação dos recursos naturais.



APA Cananéia-Iguape-Peruíbe

Rua da Saudade, s/nº - Canto do Morro - CEP 11920-000 - Iguape - São Paulo

Fone-Fax (013) 841-2388



Superintendência do IBAMA no Estado de São Paulo

Alameda Tietê, 637 - Cerqueira César - CEP 01417-020 - São Paulo - SP
Fone-PABX (011) 883-1300 - Fax (011) 881-8599

Escritórios Regionais

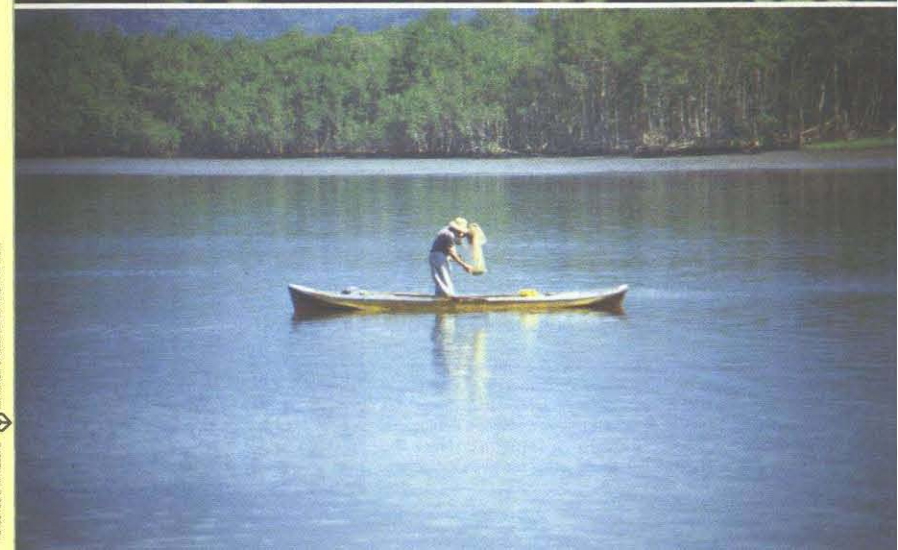
Araçatuba - Assis - Bauru - Barretos - Capão Bonito - Caraguatatuba - Iguape - Lorena
Presidente Epitácio - Ribeirão Preto - Santos

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Rua Nicolau Gagliardi, 401 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05429-010
Tel. (011) 3030-6638 - Fax (011) 3030-6394



APA Área de Proteção Ambiental CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE SÃO PAULO

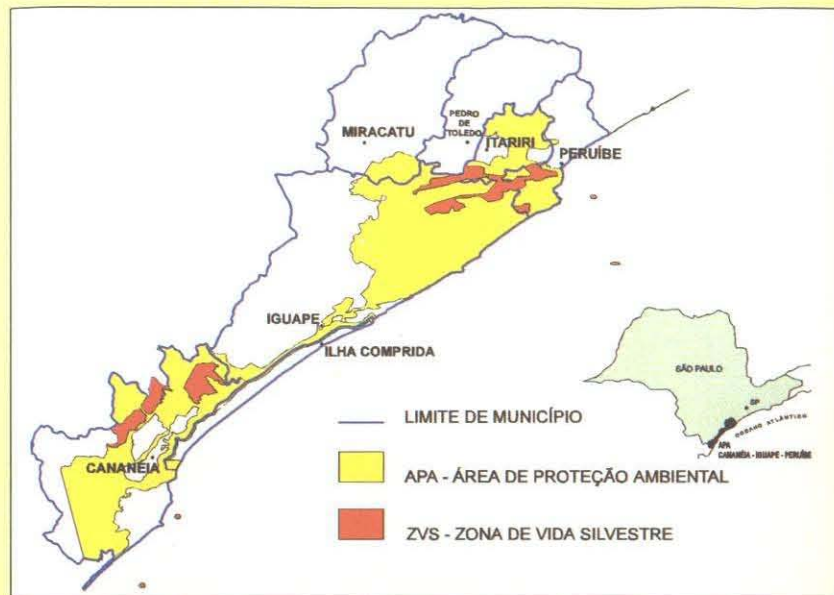


Alguns segredos da vida estão preservados aqui

Características

Localiza-se no Vale do Ribeira a maior porção contínua e praticamente intocada de Mata Atlântica que ainda resta no Brasil. O complexo estuarino-lagunar do Vale do Ribeira-Serra da Graciosa, que tem como eixo as cidades históricas de Iguape e Cananéia, no Estado de São Paulo, e Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, projeta sua importância e significado em escala mundial, tendo sido reconhecido pela Unesco (Órgão da ONU para a Educação, Ciência e Cultura) como parte da Reserva da Biosfera pela sua relevância para a conservação do meio ambiente, o conhecimento científico e a preservação de valores humanos e do saber tradicional na busca de modelos de desenvolvimento equilibrado (sustentável), que atendam da melhor forma possível as necessidades atuais e futuras do homem sem afetar o ambiente e a diversidade biológica.

Junto à APA Cananéia-Iguape-Peruibe, em seus limites ou entorno, coexistem diversas outras Unidades de Conservação como Parques (Intervalos, Carlos Botelho, Jacupiranga, Ilha do Cardoso e Turístico do Alto Ribeira), Estações Ecológicas (Juréia-Itatins, Chauás e Xitue) e Apas (Serra do Mar e Ilha Comprida), como ainda reservas indígenas.



Objetivos

A APA Cananéia-Iguape-Peruibe foi criada para proteger o meio ambiente e as comunidades locais, de forma a possibilitar, entre outras coisas, o exercício e a promoção de suas atividades em conformidade com padrões culturais historicamente estabelecidos. Dentro da APA a atividade econômica e o desenvolvimento devem ser planejados visando o uso racional dos recursos naturais e evitando danos ao meio ambiente.



Prioridades

Projetos de conservação e proteção da flora e da fauna e de seus ambientes naturais (biodiversidade), educação ambiental, capacitação e formação de recursos humanos, turismo ecológico e manejo de rendimento sustentado (palmito, caixeta, etc), demonstrando que é possível utilizar os recursos da floresta e ao mesmo tempo protegê-los.

Espécies Raras

Com grande ocorrência de restingas e manguezais, estes um importante criadouro de peixes e crustáceos, a região abriga ainda espécies raras como o papagaio-de-cara-roxa, o mico-leão-da-cara-preta, o mono-carvoeiro (maior primata das Américas), a onça-pintada, o jaó-do-litoral, o jacaré-de-papo-amarelo e o boto-cinza. Algumas dessas espécies estão ameaçadas de extinção, exigindo proteção especial.

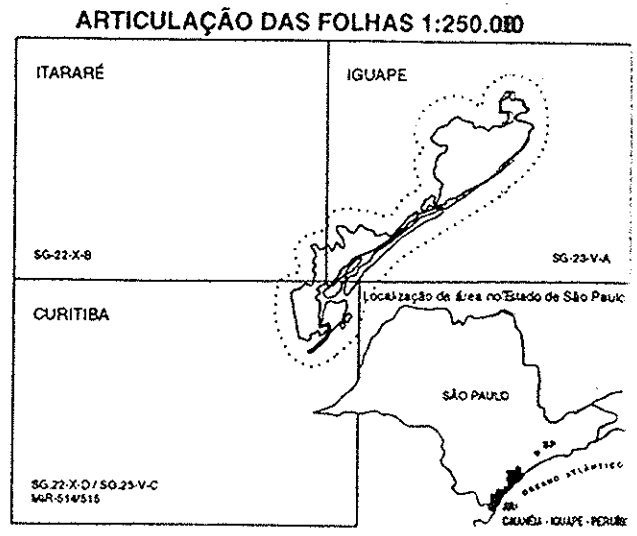
Patrimônio Histórico

Cananéia, Iguape e Peruibe estão entre as povoações mais antigas do Brasil, confundindo-se com a própria colonização das terras nacionais, e ainda guardam um pouco dessa história no casarão colonial, museus e igrejas. Inúmeros sítios arqueológicos (sambaquis), testemunhos da presença indígena, constituem um patrimônio de grande valor histórico e cultural.

Comunidades Locais

As comunidades caiçaras conservam suas tradições e seu modo de vida característicos, em que a agricultura, a pesca, a coleta e o extrativismo convivem em harmonia com a natureza. Seu artesanato, confeccionado a partir de madeiras e cipós (como a caixeta, a taboa, a jussara e o tipiti), guarda muito da influência indígena.





CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

LIMITE DE ESTADO	---
LIMITE MUNICIPAL	---
LIMITE DA APA CANANÓIA - IGUAPE - PERUIBE	---
ÁREA URBANA	▨
RODOVIA SEM PAVIMENTAÇÃO	---
RODOVIA SEM PAVIMENTAÇÃO	---
CAMINHO/TREVA	---
FERRÓVIA	---
LINHA DE ENERGIA ELÉTRICA	---
CURVA DE NÍVEL	---
PONTO ALTIMÉTRICO	▲
RIO	---

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	GOVERNO FEDERAL
Secretaria do Meio Ambiente	IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Coordenadoria de Planejamento Ambiental	Diretoria de Ecossistemas e Superintendência de São Paulo
Convênio IBAMA - SMA / SP nº 033 / 85 Recursos Próprios: BIRD - KIW	

APA - Área de Proteção Ambiental de Cananóia - Iguape - Peruíbe (Federal)

ZONEAMENTO ECOLÓGICO - ECONÔMICO E PLANO DE GESTÃO

UNIDADES DE GESTÃO / ZEE PROPOSTA PRELIMINAR

Escala Gráfica: 0 5 10 15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100 105 110 115 120 125 130 135 140 145 150 155 160 165 170 175 180 185 190 195 200

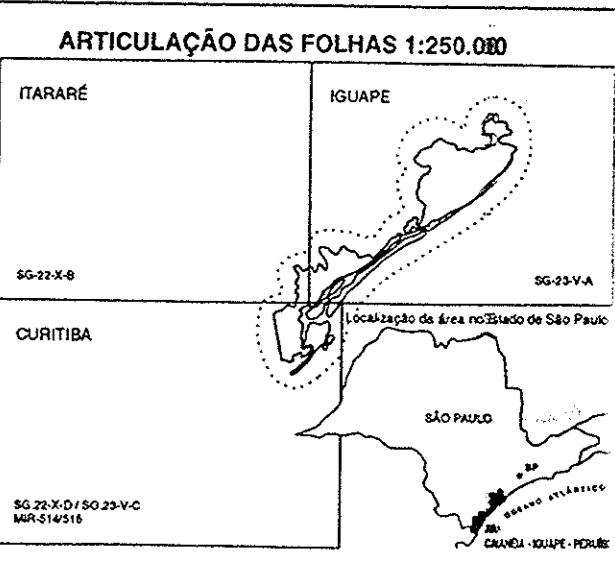
Fonte: Cartas topográficas escala 1:250.000 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 1975 a 1982. Dados Públicos Administrativos - Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC SP.

Escala 1:250.000

Revisão	Responsável Técnico	Assinatura	Data

LEGENDA

	APA CANANÓIA-IGUAPE-PERUIBE		PARQUE ESTADUAL		ÁREA INDÍGENA		UG - UNIDADE DE GESTÃO
	APA SERRA DO MAR		ESTAÇÃO ECOLÓGICA		LIMITE DE TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR		
	APA DA ILHA COMPRIDA		ÁREA DE PROTEÇÃO ESPECIAL - ASPE				
	ZONA DE VIDA SILVESTRE DAS APAs - ZVS		ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - ARIE				



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

LIMITE DE ESTADO	---
LIMITE MUNICIPAL	---
LIMITE DA APA CANANÉIA - IGUAPE - PERUIBE	---
ÁREA URBANA	■
RODOVIA PAVIMENTADA	==
RODOVIA SEM PAVIMENTAÇÃO	- - -
CAMINHO / TRILHA	---
FERRAGEM	---
LINHA DE ENERGIA ELÉTRICA	---
CURVA DE NÍVEL	~
PONTO ALTIMÉTRICO	•
RIO	---

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Secretaria do Meio Ambiente Coordenadoria de Planejamento Ambiental	GOVERNO FEDERAL IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Ecossistemas e Superintendência de São Paulo
Convênio IBAMA - SMA / SP nº 033 / 86 Recursos Ptns. BIRD - KIW	

APA - Área de Proteção Ambiental de Cananéia - Iguape - Peruíbe (Federal)

ZONEAMENTO ECOLÓGICO - ECONÔMICO E PLANO DE GESTÃO

UNIDADES DE GESTÃO / ZEE PROPOSTA PRELIMINAR

Escala Gráfica: 0 25 50 75 100 125 km

Fonte: Cartas topográficas, escala 1:250.000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1979 e 1983.
Dados Publico-Administrativos - Fontes Geográficas e Cartográficas - IOC, SP.

Revisão	Responsável Técnico	Ano de elaboração	1998	Aprovação	Data
---------	---------------------	-------------------	------	-----------	------

LEGENDA

	APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUIBE		PARQUE ESTADUAL		ÁREA INDÍGENA		UG - UNIDADE DE GESTÃO
	APA SERRA DO MAR		ESTAÇÃO ECOLÓGICA		LIMITE DE TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR		
	APA DA ILHA COMPRIDA		ÁREA DE PROTEÇÃO ESPECIAL - ASPE				
	ZONA DE VIDA SILVESTRE DAS APAs - ZVS		ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - ARIE				

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Fábio Feldmann

Secretário

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

AMBIENTAL

Eduardo Trani

Departamento de Planejamento e Zoneamento

Ambiental

Kasuo Sakurai

Divisão de Planejamento do Litoral

Martinus Filet

Coordenação do Projeto

Marília Britto Rodrigues de Moraes

Equipe Técnica

Ana Fernandes Xavier

Ana Lucia Buccolo Marques

Antonio Eduardo Poleti

Celso Augusto Vieira Raduan

Elisabete Correa Gasparello Buschel

Leonam Bueno Pereira

Luiza Alonso da Silva

Sandra Maria Guanaes Soares

Sandra Nair dos Santos Almeida

Produção Gráfica

Antonio Carlos Palácios

Antonio Carlos Malachias

Edimar Dias Vieira

Juliano Carvalho Dalapé

Maria Demétria da Silva Pereira

Wilson Issao Shiguemoto

Apoio Administrativo

Alaôr Lineu Ferreira

Dorian Minnicelli

Lisete Paiva Jorge

Mari Luciane Moreira Pereira

Maria Celeste Riguero Leme

Terezinha Nobue Hitomi

Valéria Sala

FUNDAÇÃO FLORESTAL

Diretoria Executiva

Marcos Byngton Egydio Martins

Sergio Vassimon

Diretoria de Operações

Cláudio Carrera Maretti

Paul Dale

Renato José Rivabem de Sales

INSTITUTO FLORESTAL

Diretoria Geral

Oswaldo Poffo

Diretoria de Reservas e Parques Estaduais

Fausto Pires de Campos

Ana Lúcia Mendonça

Joaquim do Marco Neto

Cláudia Anastácia Macedo Reis

Rinaldo A. C. Campanhã

APOIO TÉCNICO

Adriana Perez Filipim
Alessandra B. M. Martins
Amauri Araujo dos Santos
Ana Cristina Sanctis Girardi
Ana Maria de C. Lopes Carneiro
Ana Maria Iversson de Piazza
Ana Maria Nogueira de Carvalho
Antonio Felipe Galvão da Silva
Antonio Gonçalves Pires Neto
Bento José R. R. Pimentel
Carlos Mauri Alexandrino
Cristiane Zpörl
Cristina Catunda Guedes Barreira
Edison Martinez Alonso
Eduardo Augusto Fernandes
Eliana Vera Kestenbaum
Fernando Augusto Saraiva
Hugo Segawa
Jair Francisco de Souza
José Renato Silva de Freitas
Juscelino Benedito de Mendonça
Leonardo Cunha dos Santos
Lidia Biazzi Lu
Luiz Augusto Biazzi
Maria Aparecida de Azevedo
Maria do Carmo Bicudo Barbosa
Maria Judith Magalhães Gomes
Maria Helena Lobo de Queiroz
Maria dos Santos Menezes
Marcello de Lucca Figueiredo
Marcia Aparecida Ribeiro
Marcio Martins Pimenta
Marcos Bühler Campolim
Osmar dos Santos
Paulo Martuscelli
Ricardo Russo
Ricardo Yoiti Shimamoto
Ronney Heber Malanche Tolomei
Roseli Alvim Sanches
Rosely Ferreira dos Santos
Sidnei Raimundo
Silva Helena Teixeira da Luz
Sílvia Maria Pompéia
Theodora Paris Ribeiro de Almeida
Vera Lúcia Mariotti
Walkyria B. C. Moraes
Yara Gouvêa Gomide

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Eduardo de Souza Martins

Diretoria de Ecossistemas
Ricardo José Soavinski

Departamento de Vida Silvestre
Maria Iolita Bampi

Coordenadoria de Conservação de Ecossistemas
João Batista Drummond Câmara

Divisão de Conservação de Ecossistemas
Moacir Bueno Arruda

Hiroyuki Nemoto

Superintendência do IBAMA - SP
Nilde Lago Pinheiro

Rubens Ramos Mendonça
Vaitenci Negrão
Wilson Almeida Lima

Gerência da APA - Cananéia-Iguape-Peruíbe
Luiz Antonio Xavier Davies